

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**INSEGURANÇA ALIMENTAR: A INFLUÊNCIA DA INFLAÇÃO NO PODER
ÁQUISITIVO DOS BRASILEIROS (2015 A 2021)**

JESSICA VIANA ALMEIDA

**MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO
(TCCII)**

**Santana do Livramento
2023**

JÉSSICA VIANA ALMEIDA

**INSEGURANÇA ALIMENTAR: A INFLUÊNCIA DA INFLAÇÃO NO PODER
AQUISITIVO DOS BRASILEIROS (2015 A 2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Dra. Ana Luísa de Souza Soares

**Santana do Livramento
2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
Pelo (a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

Almeida, Jéssica Viana Almeida

INSEGURANÇA ALIMENTAR: A INFLUÊNCIA DA INFLAÇÃO NO PODER
AQUISITIVO DOS BRASILEIROS (2015 A 2021) / Jéssica Viana Almeida Almeida.
73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,
CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2023.

"Orientação: Ana Luísa de Souza Soares".

1. Insegurança Alimentar. 2. Poder de compra. 3. Inflação. I. Título.

JÉSSICA VIANA ALMEIDA

**INSEGURANÇA ALIMENTAR: A INFLUÊNCIA DA INFLAÇÃO NO PODER
AQUISITIVO DOS BRASILEIROS (2015 A 2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Economia.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 28 de junho de 2023.

Banca examinadora:

Prof. (a) Dra. Ana Luísa de Souza Soares
Orientadora
UNIPAMPA

Prof (a) Dra. Alessandra Troian
UNIPAMPA

Prof. Dr. Mauro Barcellos Sopeña
UNIPAMPA

RESUMO

Existem inúmeros determinantes que impedem os indivíduos de terem acessos à uma cesta de consumo saudável e nutritiva, um desses é o custo dos alimentos que em situações de crises tendem a ter um aumento em seus preços, porém a renda real permanece a mesma. Com a troca de governantes do país os programas que contribuem para assegurar a alimentação das camadas mais vulneráveis da população perderam forças, e com isso muitas famílias voltaram a lidar com a fome e a incerteza alimentar. No Brasil a insegurança alimentar cresceu de forma geral, mas tem impacto maior no que se refere às camadas menos favorecidas da população que não possuem reservas de poupança, e tem orçamento restritivo. Indivíduos com renda baixa são os que mais sofrem, já que à medida que os preços dos alimentos sobem, o poder de compra da renda é reduzido. Neste contexto, o objetivo da pesquisa é analisar a influência da alta dos preços, no Brasil, no período de 2015 a 2021, sobre o poder de compra da população de baixa renda, e o impacto desta sobre a insegurança alimentar. Metodologicamente o estudo será abordado pela economia neoclássica, conforme o método do individualismo metodológico. Pode-se concluir que a inflação é determinante para a perda do poder aquisitivo. Qualquer alteração nos preços e na renda real refletem no consumo. Isso sobe os mais pobres e o que impacta na insegurança alimentar.

Palavras-Chave: Inflação. Preços. Poder de compra. Insegurança alimentar.

ABSTRACT

There are numerous determinants that prevent individuals from having access to a healthy and nutritious consumption basket, one of these is the cost of food that in crisis situations tend to have an increase in their prices, but the real income remains the same. With the change of government in the country, the programs that contribute to ensuring the food of the most vulnerable sections of the population lost strength, and with that many families went back to dealing with hunger and food uncertainty. In Brazil, food insecurity has grown in general, but it has a greater impact on the less favored sections of the population that do not have savings reserves and have a restrictive budget. Low-income individuals suffer the most, as as food prices rise, the purchasing power of income is reduced. In this context, the objective of the research is to analyze the influence of rising prices, in Brazil, from 2015 to 2021, on the purchasing power of the low-income population, and its impact on food insecurity. Methodologically, the study will be approached by neoclassical economics, according to the methodological individualism method. It can be concluded that inflation is decisive for the loss of purchasing power. Any change in prices and real income reflects on consumption. This raises the poorest and what impacts food insecurity.

Keywords: Inflation. prices. Purchasing power. Food insecurity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Evolução da insegurança alimentar grave no Brasil e Grandes Regiões (A) e por situação urbana x rural do domicílio (B). Proporções relativas ao total de domicílios62

Figura 2- Tendência da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, 2004 a 2022. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/202264

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1- Variação % acumulada em 12 meses de IPCA e INPC – 2000 a 202155
- Tabela 2- Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio, segundo os grupos de produtos, Brasil, 2002/2018.58
- Tabela 3- pontos de corte segundo nível de segurança/insegurança alimentar.....60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Escolha ótima do consumidor.....	19
Gráfico 2- Variação acumulada anual do IPCA - 1995 a 2001	31
Gráfico 3 - PIB 1996-2023 – Valores Trimestrais	33
Gráfico 4 - Resultado primário acumulado dos últimos 12 meses, pelo IPCA de 1998 a 2018	34
Gráfico 5 - Crescimento da pobreza de 2012 a 2021	36
Gráfico 6 - Evolução taxa de desocupação de 2012 a 2023	37
Gráfico 7- Taxa de pobreza (P0) - 2000 a 2014	46
Gráfico 8 - Coeficiente de Gini - 1995 a 2008	47
Gráfico 9 - Coeficiente de Gini - 2009 a 2021	47
Gráfico 10 - IPCA acumulado em 12 Meses (% a.a.) – 2000 a 2021	53
Gráfico 11 - INPC acumulado em 12 Meses (% a.a.) – 2000 a 2021	54
Gráfico 12 - Mudança da Insegurança Alimentar: Brasil em 2014, 2019 e 2021.....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.2 Objetivos	13
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Justificativa	14
1.4 Metodologia	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.2 Teoria do consumidor	17
2.3 Inflação, TQM de Fisher	21
2.4 Insegurança Alimentar	24
2.5 A teoria da Justiça de Rawls	26
3 O CENÁRIO MACROECONÔMICO EM LINHAS GERAIS DE 1994 A 2021	28
3.1 A busca pela estabilidade econômica: o Plano Real no governo de Fernando Henrique Cardoso	28
3.2 A Condução da política econômica nos governos do Partido dos Trabalhadores	31
3.3 A condução da política econômica a partir de 2016: a autoproclamação “liberal”	35
4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE IMPACTARAM O COMBATE A FOME ENTRE 2015-2021	41
4.2 O Mapa da Fome- FAO	41
4.3 As políticas de combate a fome no Brasil	43
4.4 Os desdobramentos da distribuição de renda e dos programas de combate a fome	45
5 INFLAÇÃO, PODER DE COMPRA E O RETORNO AO MAPA DA FOME	51
5.1 Inflação e poder de compra	51
5.2 Gastos e padrão de consumo	57
5.3 Insegurança alimentar	59
5.4 Análise	65
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERENCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

A incerteza alimentar é um episódio social de abrangência mundial, não há nenhum lugar no mundo que não tenha um percentual de sua população passando fome ou com algum grau de desnutrição. Os percentuais de fome do mundo foram reduzidos através de políticas públicas que tiveram impacto até o ano de 2014, mas de forma universal, o cenário social e econômico, nos últimos anos, teve uma mudança drástica. Conforme os relatórios da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), nos últimos cinco anos, foram quatro fatores que levaram ao enfraquecimento do combate à fome, são eles: conflitos; variabilidade e extremos climáticos; desacelerações econômicas e a inexistência de dietas saudáveis (FAO,2021).

O fator do conflito pode ser tanto interno como externo como as guerras, nos últimos dez anos está foi uma das maiores causas das crises alimentares no mundo, pois atrapalha o processo de fornecimento e garantia alimentar e nutricional em um país. A FAO ainda apresenta que a maior parte das crianças em situação de raquíticas e desnutridas vivem em países que presenciam conflitos, tanto de violência como de fragilidade. Já a crise alimentar pela ótica do clima se dá em países onde há uma alta dependência do processo agroalimentar que é afetado diretamente por temperaturas ou condições climáticas extremas.

No ano de 2019, o enfraquecimento da atividade econômica passou a ser um fator da insegurança alimentar, visto que nesse período, além das crises políticas e instabilidade de mercados comerciais, surgiu a crise sanitária. Com o vírus da Covid-19 a economia global teve uma desaceleração, levando à um período de recessão que afetou o acesso da sociedade a alimentos nutritivos e de qualidade, resultando em desnutrição e insegurança alimentar.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), classifica a insegurança alimentar em três categorias: i- insegurança alimentar leve, incerteza no longo prazo quanto ao acesso à alimentação e sua qualidade; ii- insegurança moderada, quantidade insuficiente de alimentos; e iii- insegurança grave, não há acesso a alimentos. Existem inúmeros determinantes que impedem os indivíduos de terem acesso à uma cesta de consumo saudável e nutritiva, um desses

é o custo dos alimentos, que em situações de crises tende a ter um aumento em seus preços, porém a renda real permanece a mesma ou declina.

No cenário brasileiro não foi diferente, ainda mais por se tratar de um país subdesenvolvido onde a desigualdade social é acentuada. Apesar do Brasil em 2014 se tornar referência internacional por conseguir implementar programas e estratégias que tinham os objetivos de combater a pobreza e a miséria, a partir de 2015 até 2021, os resultados foram diferentes. Com a troca de governantes do país alguns programas perderam força e com isso muitas famílias voltaram aos níveis de renda baixa, e com isso a fome e a incerteza alimentar se tornaram sua nova rotina (REDE PENSSAN, 2020).

Segundo o VigiSAN da Rede Penssan, de 2013 a 2018 houve um aumento de 0,8% na insegurança alimentar grave no país, porém, de 2018 à 2020 os números são mais alarmantes, pois se passou de 10,3 milhões para 19,1 milhões de famílias brasileiras com insegurança alimentar grave. No Brasil a insegurança alimentar cresceu de forma geral, mas tem impacto maior ou menor no que se refere aos níveis de renda das famílias. Indivíduos com renda baixa são os que mais sofrem, já que as medidas que os preços dos alimentos sobem o poder de compra da renda é reduzido.

Em um país como o Brasil em que as desigualdades sociais são relevantes, a inflação afeta ainda mais as camadas menos favorecidas da população que não possuem reservas de poupança, e tem orçamento restritivo. E em tempos inflacionários os consumidores, tanto de bens como de serviços, que possuem uma renda fixa acabam perdendo poder aquisitivo, já que, a renda não aumenta na mesma medida que os níveis de preços.

Segundo Banco Central do Brasil (2021), a inflação é o aumento do nível de preços dos bens de uma economia, sendo essa elevação generalizada e não apenas de um bem específico. Quando há níveis altos de inflação, a alocação de recursos passa a ser ineficiente e com isso há impacto direto no bem-estar social. Com a elevação das taxas de inflação a economia se torna incerta, os investimentos caem e limitam o crescimento econômico do país.

No Brasil a inflação é um fenômeno monetário recorrente, com a criação do Plano Real em 1994 se obteve um maior controle deste indicador. O que no decorrer do tempo foi se alterando, tanto no curto prazo como no longo, o país passou por altos níveis inflacionários e por momentos de maior estabilidade.

Nos últimos seis anos a inflação, que é analisada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador que pondera o custo dos principais bens e serviços demandados por famílias brasileiras que possuem renda de 1 a 40 salários-mínimos, apresentou oscilações. Com variações que impactavam diretamente no preço dos alimentos, em maior ou menor grau, e conseqüentemente no poder aquisitivo dos brasileiros; principalmente os de baixa renda, que destinam maior parte da renda ao consumo de alimentos.

Entre os anos de 2015-2020 a economia brasileira perdeu cerca de 30% do seu valor real da renda, ou seja, no ano de 2015 cinquenta reais equivaleria R\$ 74,92 se comparado a 2021, dados que foram apresentados pela economista Juliana Inhasz (2021). Os preços de bens e serviços aumentam de forma desproporcional à renda, ou seja, cada vez que o consumidor vai ao mercado encontra os mesmos produtos de sua cesta de consumo mais caros. A inflação alta impacta o orçamento das famílias de formas diferentes, para as famílias mais pobres o poder de compra é afetado pelos produtos básicos, como: gás de cozinha, energia; alimentos; aluguel e gasolina.

Indivíduos com poder de compra reduzido passam a enfrentar a incertezas em suas alimentações, já que sua renda é restrita e os preços sobem em medidas desproporcionais a ela. O Brasil, em 2014 conseguiu sair do mapa da fome através de estratégias de políticas públicas que tinham o objetivo de combater a fome e reduzir a desnutrição e subalimentação e em período recente voltou a esta condição. Segundo a Rede Pessan (2022), no final de 2020, 19,1 milhões de brasileiros/as conviviam com a fome, ou seja, o Brasil deixou de ser a referência internacional no combate à fome e retornou ao mapa da fome.

No contexto de aumento das taxas de inflação e aumento da condição de insegurança alimentar, questiona-se: De que maneira a inflação, no Brasil, no período de 2015 a 2021, comprometeu o poder de compra das famílias de baixa renda e aumentou a insegurança alimentar dessa parcela da população?

1.2 Objetivos

Nessa seção, serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos do presente estudo.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a influência da alta dos preços, no Brasil, nos anos de 2015 a 2021, sobre o poder de compra da população de baixa renda, e o impacto desta sobre a insegurança alimentar.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Apresentar como a inflação afeta o poder de compra;
- Apresentar em linhas gerais as políticas econômicas que caracterizaram os governos do período de 1994 a 2021;
- Descrever as políticas públicas que, entre os anos de 2015 e 2021, tiraram o Brasil do mapa da fome;
- Identificar de que forma a alta das taxas de inflação contribuiu para colocar o Brasil no mapa da fome novamente.

1.3 Justificativa

Dado o contexto inflacionário do país, tendo um maior destaque a partir do ano de 2015 ao ano de 2021, onde as taxas registradas ultrapassaram as metas inflacionárias definidas pelo governo, a insegurança alimentar voltou a ser um assunto pautado. Com a suba dos preços muitas famílias começaram a ter a incerteza na sua mesa; à medida que os preços sobem e a renda real não acompanha esse aumento tem-se uma restrição do poder de compra na aquisição da cesta de consumo de um indivíduo, e supõe-se ser esse o fator que ocasionou o retorno do país ao mapa da fome junto ao abandono das políticas públicas de combate a pobreza. A causa da inflação acumulada do ano de 2021 foi resultado da alta do preço dos alimentos. Os aumentos foram causados por vários fatores, mas as consequências são diretas e rígidas: o aumento da fome e da insegurança alimentar no Brasil.

Com isso, o estudo tem relevância na compreensão de como o processo inflacionário impacta na renda para os grupos de menor renda, que são os mais atingidos pela insegurança alimentar. Assim como é relevante identificar as políticas públicas que foram desenvolvidas e aplicadas entre os anos de 2015 a 2021 e

tornaram o Brasil referência no combate à fome, e como elas deixaram de atuar e perderam forças a cada novo mandato político.

1.4 Metodologia

Para realizar um estudo teórico deve-se, primeiramente, analisar quais os métodos serão utilizados, a definição do objetivo a qual o estudo se propõe é necessária para estabelecer as etapas que serão percorridas na pesquisa (MUNHOZ, 1989). O presente estudo baseia-se na teoria neoclássica cujo método é o axiomático dedutivo. Os axiomas a serem considerados nesse trabalho correspondem as preferências dos consumidores, assim como, é assumido que todos os agentes econômicos são hedonistas e possuem racionalidade plena, o que indica a análise do custo de oportunidade ou dos preços relativos na tomada de decisões.

Através da metodologia econômica utilizada no decorrer deste estudo, teoria neoclássica, procurou-se analisar como a inflação contribui para a perda de poder aquisitivo e como esse fator coincide com os níveis de insegurança alimentar.

Por intermédio da teoria da justiça de Rawls assume-se que os governos têm papel fundamental na solução de problemas distributivos, por esse pressuposto se avaliou a importância dos programas sociais de combate à fome. Foi realizada a descrição de elementos da política econômica brasileira entre os anos de 1995-2021 de modo a caracterizar o contexto em que as políticas de combate a fome surgem e se desenvolvem. E na sequência se apresentou as políticas específicas orientadas ao combate à fome. A pesquisa foi bibliográfica.

Para compreender a evolução inflacionária no Brasil foi adotado o método de estudo exploratório, através das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Através dos índices de preços IPCA devido ser o mais utilizado e divulgado e o que influi nas metas de inflação; e o INPC que indica a evolução dos preços e o impacto destes no orçamento das famílias brasileiras de baixa renda que recebem de 1 a 5 salários-mínimos, assim como, é o indicador de referência aos reajustes de salários-mínimos e benefícios previdenciários. Devido este indicador abranger uma camada social mais pobre, seus resultados são fundamentais na tomada de decisões políticas econômicas. E para o estabelecimento dos axiomas de preferência do consumidor utilizou-se a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE (POF). A POF é uma pesquisa domiciliar, de natureza amostral, que tem como finalidade coletar informações sobre

gastos e rendimento das unidades de consumo dos domicílios particulares permanentes do país. Para descrever e analisar os níveis de insegurança alimentar estabelecidos pela FAO, utilizou-se o EBIA como indicador, além dos grupos que se apresentam para este assunto, como: gênero, renda, escolaridade, racial.

Para descrever as políticas econômicas do período de 1994 a 2021, destacando cada linha de governo utilizou-se o método histórico e descritivo, através da técnica de pesquisa bibliográfica. Assim como para identificar e expor as políticas públicas que, entre os anos de 2015 e 2021, tiraram o Brasil do mapa da fome, através das técnicas de pesquisa bibliográfica. Por fim, para compreender e analisar de que forma a alta das taxas de inflação contribuiu para colocar o Brasil no mapa da fome novamente, utilizou-se o método explicativo e a técnica de pesquisa analítica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo trata do referencial teórico e apresenta como são abordados pela teoria neoclássica as escolhas do consumidor por cestas de consumo, e a perda do poder aquisitivo decorrente dos aumentos nos preços. Na sequência é apresentado, a concepção de inflação e seus impactos econômicos pela abordagem da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), em sua versão original _ Equação de Fisher. Cabe salientar que a escolha desta abordagem se dá pela conformidade metodológica com a teoria neoclássica, e pelo fato de a pandemia a liquidez aumentou expressivamente. Sabe-se que as possibilidades de interpretação da inflação e sua explicação não se esgota nessa escolha. Na continuidade trata-se da definição e classificação da insegurança alimentar pela FAO, dado sua universalidade. E por fim, aborda-se brevemente a Teoria da Justiça de Rawls, pois ainda que a abordagem seja predominantemente neoclássica, que sustenta a relevância dos mercados, quando se trata de problemas de natureza distributiva é preciso a intervenção do governo para a promoção da justiça social.

2.2 Teoria do consumidor

A economia neoclássica analisa os acontecimentos econômicos pela abordagem metodológica do individualismo, ou seja, a reação do indivíduo aos fatos econômicos. Para os neoclássicos os indivíduos são agentes econômicos racionais e hedonistas, que buscam maximizar seu bem-estar individual, consumindo bens e serviços de modo a obter maior utilidade no consumo. Portanto, foca-se no comportamento do consumidor, em especial no poder aquisitivo da renda.

Compreende-se que nesse cenário metodológico que todos os indivíduos são hedonistas e racionais, ou seja, procuram saciar suas necessidades. Sendo assim, cada consumidor terá preferências por determinados bens e serviços, e são essas preferências que irão determinar suas cestas de consumo dado sua restrição orçamentária. Cesta de consumo é um conjunto com quantidades determinadas de duas ou mais mercadorias (PINDYCK, 2006).

Conforme Pindyck (2006), a teoria do comportamento do consumidor é a descrição de como os consumidores alocam sua renda, entre diferentes bens e serviços, procurando maximizar o próprio bem-estar. A teoria do consumidor tem

como axiomas sobre a preferência: a) que as informações recebidas pelas indivíduos são completas, já que os mesmos têm capacidade de formar suas preferências, e essas são consistentes pela racionalidade; b) as preferências são transitivas, isto é, os consumidores transitam entre suas escolhas, em uma curva onde há várias opções de cestas de consumo, por exemplo, o indivíduo prefere A a B, e B a C, logo, o consumidor prefere A a C; c) que as preferências são reflexivas, isto é, uma cesta de consumo será tão boa quanto ela mesma. Esse último axioma está relacionado a garantia de que se a cesta de consumo de preferência por algum motivo não esteja disponível, o consumidor terá outra opção tão boa quanto a primeira.

O consumidor racional e otimizador organiza as diversas cestas de bens e serviços conforme os axiomas sobre as preferências, descritos acima. A partir dessa, é possível representar as preferências traçando curvas de indiferenças (CI). Curva de indiferença é a representação de todas as combinações de cestas de consumo que oferecem o mesmo nível de satisfação para um consumidor (PINDYCK, 2006). Ainda, pode-se descrever as hipóteses que, da curva citada, que todo consumidor sempre vai preferir mais a menos bens, a CI preferível por este indivíduo sempre será a mais afastada da origem, pelo fato dela conter mais quantidades de bens. Outra hipótese é a da convexidade ou pressuposto da diversificação do consumo, isto é, os meios sempre serão preferíveis que os extremos da curva, já que, no pressuposto da diversificação é colocado que um consumidor não consome apenas um bem ou grandes quantidades deste, mas sim que tem disponibilidade em a fazer trocas de quantidades em excedentes por unidades adicionais de bens em menor quantidade.

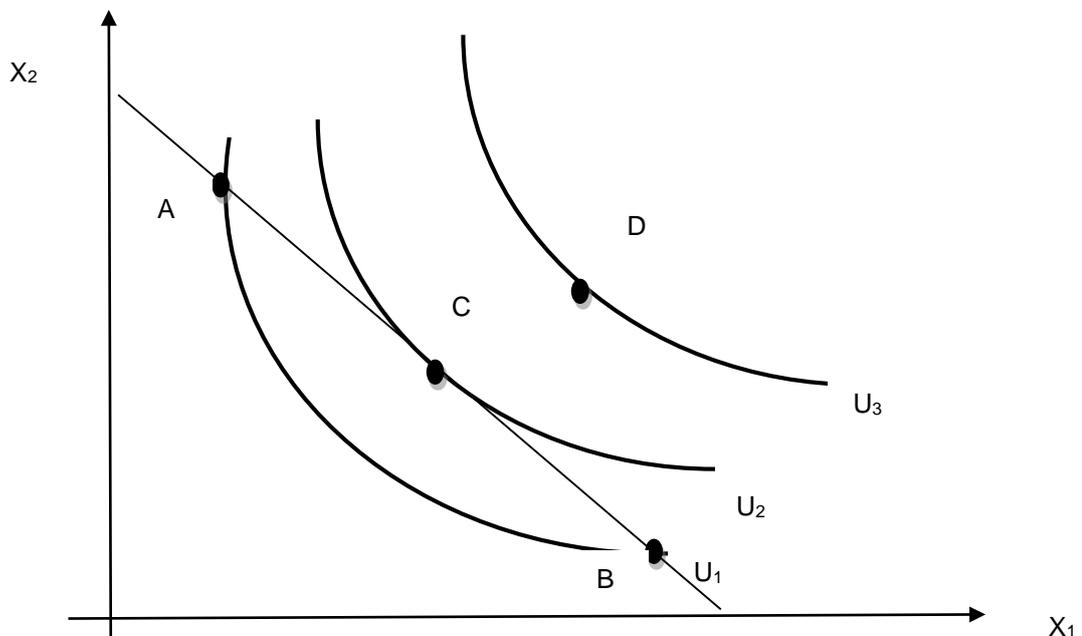
Diante disso, Pindyck (2006) descreve que o conjunto de curvas de indiferença mostrando as cestas de consumo com graus distintos de utilidade, cuja escolha seja indiferente é representado graficamente pelos mapas de indiferença. Em vista disso, o princípio da curva de indiferença que coloca que CI com distintos níveis de utilidade nunca se interceptam, devido o axioma da transitividade que seria contrariado. Uma vez conhecidas as declarações de preferência e a renda disponível para o consumo, se decide a cesta que irá consumir esperando maximizar sua satisfação, dada sua renda limitada. Isto posto, a escolha da cesta de consumo sempre estará relacionada à satisfação, isto é, o grau de utilidade que esta cesta proporciona. Sendo um processo de escolha natural, que se fundamenta sobre as preferências individuais que se baseiam na curva de indiferença (PINDYCK, 2006).

Logo, a decisão do consumidor sempre será voltada ao nível de utilidade. O conceito utilidade refere-se ao valor numérico que representa a satisfação que o consumidor obtém de uma cesta de consumo (PINDYCK, 2006).

A função utilidade é a representação matemática do nível de utilidade, ou seja, do valor atribuído ao bem, que cada cesta representa no mercado. Quanto maior for o valor resultante da função, mais preferível será esta cesta. Porém, apesar da vontade em consumir do indivíduo seja ilimitada, há uma restrição orçamentária que é o fator determinante para os gastos com bens e serviços deste indivíduo.

Na teoria neoclássica os indivíduos não poupam, ou seja, utilizam de toda a sua renda na aquisição de bens de consumo, a linha do orçamento, em que Pindyck (2006), descreve todas as combinações de bens para as quais o total de dinheiro gasto é igual à renda. Sendo assim, a cesta escolhida deve estar em uma curva de indiferença com o mais alto grau de utilidade, mas dentro do valor que o consumidor pode pagar, isto é, sua reta orçamentária. No gráfico 1 está esta cesta, que será denominada de escolha ótima, é sinalizada no ponto onde a curva de indiferença tangencia a reta orçamentária, ponto C.

Gráfico 1- Escolha ótima do consumidor



Fonte: Elaboração própria conforme Pindyck (2006).

Ainda sobre a linha do orçamento ressalta-se que além da renda os preços também são fatores determinantes para a escolhas de consumo. O único elemento que se toma como constante é a renda, o poder aquisitivo, ou seja, os preços não são fixos e as suas oscilações fazem com que o consumidor as quantidades de bens dentro de sua cesta para que não perca a utilidade. Essa adaptação também pode ser descrita como efeito substituição onde o consumidor terá que analisar suas cestas e o preço dos bens e se desprender de tantas unidades de uma determinado bem para que possa consumir mais de outro.

Na teoria do consumidor há dois fatores que modificam a posição da linha do orçamento ou reta orçamentária, são elas: renda e preços. No caso de alteração na renda, quando há um aumento da renda do consumidor o seu poder aquisitivo se expande e lhe dá a oportunidade de aumentar as quantidades de bens consumidos, além de, mudar de curva de indiferença o que geral uma posição de satisfação mais elevada. Mas em caso de redução de renda o inverso será verdadeiro, o indivíduo terá de reduzir seu consumo e buscar um novo nível de utilidade que nessa situação será mais baixo que sua primeira situação. O deslocamento paralelo da reta orçamentária é o movimento que ocorre quando a renda varia enquanto os preços relativos permanecem constantes (VARIAN, 2015).

Ainda sobre a renda é importante explanar os conceitos de renda real e renda monetária. A renda real expressa o poder de compra de um indivíduo, e a renda monetária é esse poder aquisitivo em unidades monetárias, dinheiro. A renda real está atrelada aos preços relativos, ou ao custo de oportunidade, quando um bem tem uma queda de preço o consumidor decide abrir mão de tantas unidades monetárias gastas em outro bem para consumir deste que agora está mais barato, isto é, a redução do preço de um bem dá maior poder de compra ainda que a renda nominal seja a mesma. Se o bem 1 ficar mais barato, isso significa que nossa renda monetária comprará mais do bem ou de outros bens que compõem a cesta de consumo (o conjunto orçamentário se amplia).

Sendo assim, a próxima modificação é a dos preços, de um produto específico, considerando a renda constante. No primeiro momento considerando que o preço de um bem, por exemplo, bem Z suba e o preço do bem E se mantenha constante, a reta orçamentária terá uma rotação para indicando que se toda renda for gasta apenas no consumo do bem Z agora só é possível consumir uma quantidade menor deste, porque com os preços modificados a inclinação da reta se altera. Em um cenário

contrário onde o preço cai, a reta tem uma rotação para o lado direito porque preços mais baixos proporcionam maior consumo de um bem, o poder aquisitivo se amplia. Já com os preços em alta o consumidor tende a reduzir seu consumo ou procurar por substitutos próximos da mercadoria.

Tal fato nos dá alguma informação sobre os determinantes do poder aquisitivo do consumidor - ou seja, sua possibilidade de adquirir mercadorias e serviços. (PINDYCK, 2006). Dessa forma, compreende-se que a renda e os preços definem o poder aquisitivo do consumidor e que suas alterações implicam na ampliação do consumo quando preços reduzidos ou suba de renda real, e contração quando preços elevados ou renda reduzida. Contudo, se tanto a renda como os preços fossem alterados na mesma proporção, a reta orçamentária não se alteraria, mantendo o poder aquisitivo da renda. Esse cenário pode ocorrer em uma economia inflacionária, mas se os preços se elevam na mesma proporção que a renda não haverá impacto sobre o poder aquisitivo do consumidor.

Diante disto, com as decisões dos consumidores formadas é necessário ressaltar o conceito dos preços relativos, que representa o custo de oportunidade ou o custo econômico, já que as preferências de consumo e a alocação dos recursos são impactadas por estes preços. Os preços relativos podem ser definidos como o preço de um bem ou serviço comparado a outro preços, por isso, detém importância na escolha do consumidor, pois o indivíduo decide a partir da diferença entres os preços dos bens e serviços de que forma irá montar sua cesta de consumo a fim de maximizar sua satisfação, ou de outro modo como alocará sua renda entre os bens da cesta de consumo. Ou seja, é pela observação dos preços relativos que se tomam decisões de alocação de recursos no sistema econômico (VARIAN, 2015).

2.3 Inflação, TQM de Fisher

Conforme a abordagem ortodoxa, ou mais especificamente dos monetaristas, o volume de moeda é determinado pela demanda agregada, o que é determinante para o nível de preços. Para melhor compreensão do fenômeno monetários as escolas clássicas e neoclássicas teorizam a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), que ao longo da história econômica agrega contribuições dos pensadores que a interpretam no tempo.

O fundamento da TQM para o economista Irving Fisher, é que esta é uma equação de trocas, que é uma identidade que relaciona o volume de transações estimadas aos preços correntes, com o estoque de moeda multiplicado pela taxa de circulação da moeda (FROYEN, 2006). Irving Fisher, difundiu a equação de trocas no seu livro *The Purchasing Power of Money* de 1911, onde definiu a identidade entre o total de pagamentos em moeda e o total de bens e serviços transacionados,

$$MV \equiv PT$$

Onde M representa a quantidade da moeda em circulação; V velocidade de circulação da moeda; P índice de preços de bens e serviços; e T a quantidade de transações.

O evento elementar é uma transação, uma troca em que um agente econômico transfere bens e/ou serviços para outro agente e recebe uma transferência de moeda em troca (CARVALHO, 2007). Ainda, pode-se sintetizar que a equação representa que o valor monetário agregado pago em uma economia será de mesmo valor do total de bens e serviços transacionados. Na TQM a velocidade de circulação da moeda e o número de transações são considerados constantes, logo se estabelece a identidade entre os preços e a quantidade de moeda em circulação (liquidez).

Outra versão da TQM em termos de renda é a $MV \equiv Py$, em que o T é substituído por y , que é a representação do Produto Interno Bruto (PIB) real. A adaptação se deu para que a TQM de Fisher fosse mais próxima da realidade, já que, o volume de quantidade transacionadas seria uma variável abstrata, já o PIB representa o quanto de uma economia foi produzida entre bens e serviços. Sobre a velocidade de circulação da moeda entende-se que é o período de tempo em que uma unidade de moeda leva para se deslocar de uma troca individual para outra, isto é, o tempo que a moeda leva para passar de uma mão para outra. V é a velocidade-renda da moeda, o número de vezes em que, na média, a moeda é utilizada em transações que envolvem a produção corrente (renda) (FROYEN, 2006).

Dessa forma, essa equação indica quanto se deve ter de moeda em movimento, pois V indica o quanto de unidade monetária é preciso para sanar um conjunto de transações, e o somatório de quantas transações uma moeda consegue sanar é impactante no resultado do quanto de oferta monetária terá de ser disponibilizado nesta economia. Ainda, é importante ressaltar sua relação inversa com a quantidade monetária, em um cenário econômico onde a moeda possui um alto nível de circulação não é necessário que haja uma expansão da moeda, visto isto, o aumento de V reduz M .

Parafraseando o autor Carvalho (2007), a Lei de Say, que estabelece que “a oferta cria sua própria procura”, e que, portanto, toda produção gera o seu poder de compra correspondente, assegura que o produto y estará no nível de pleno emprego a longo prazo. Portanto, relaciona-se a variável y da equação de troca com o pleno emprego e a um nível de produção constante. O que relaciona a V , pois quando surge um novo nível de produção os indivíduos decidem ofertar sua força de trabalho projetando as trocas que serão possíveis com sua remuneração. Portanto, neste quesito não será a velocidade de moeda que terá importância e sim a renda recebida que permitirá a aquisição de bens e serviços.

Logo, compreende-se que y e V são constantes de um período para outro, o que é expresso na equação: $M\underline{V} \equiv P\underline{y}$. Com o volume de produto fixado pelo lado da oferta, a equação de trocas expressa uma relação de proporcionalidade entre o estoque de moeda, definido exogenamente, e o nível de preços. Visto isto, M é determinante para P , ou seja, o nível de preços passa a ser influenciado pela quantidade de moeda ofertada em uma economia, ou pela liquidez desta economia. Esse é o resultado básico da teoria quantitativa da moeda- a quantidade de moeda determina o nível de preços (FROYEN,2006).

Diante disso, evidencia-se a neutralidade da moeda onde, o estoque de moeda só afeta as variáveis nominais, como os preços. Sendo a moeda apenas um meio de troca, que pela ótica ortodoxa, para que a economia se mantenha equilibrada é necessário que os indivíduos a use para saciar suas necessidades aumentando seu nível de utilidade, uma vez que sua função seja essa de troca e não de poupança. A rejeição do entesouramento aparece nas concepções ortodoxas de mercados de fundos de empréstimos, quando a oferta de empréstimos é igualada à poupança, ou seja, toda a renda poupada é emprestada, o que elimina a possibilidade de entesourar (MOLLO, 2004).

Para Fisher a neutralidade da moeda acontece apenas no longo prazo, pois, no curto prazo as variações no volume de moedas de uma economia podem implicar em mudanças na quantidade do produto, porém a produção tende a se ajustar ao longo do período, dado esta nova quantidade de moeda o que resulta em um novo ponto de equilíbrio.

A relação da quantidade monetária com o nível de preços postulada pela Teoria Quantitativa da Moeda, se aplica bem a um cenário inflacionário. Já que, a inflação é

a elevação generalizada do nível de preços, com isso, a inflação está relacionada à quantidade de moeda e ao impacto econômico que a sua falta ou abundância causa, refletindo diretamente no nível de preços. O nível geral de preços é aumentado ou diminuído (isto é, o poder de compra do dinheiro é diminuído ou aumentado) pela inflação ou deflação relativas (FISHER, 2018).

A inflação é melhor compreendida quando Fisher acrescenta os conceitos de taxa de juros real e nominal a equação de trocas, sendo a taxa de juros nominal, a taxa que rege o mercado, isto é a taxa bruta; e a taxa de juros real o resultado da taxa de juros nominal menos a inflação. Diante disso, quando a taxa de inflação sobe, dado que no curto prazo a taxa de juros nominal é constante, a taxa de juros real reduz sua porcentagem ocasionando em uma redução do poder de compra, devido a inflação. Para que esta situação seja reparada é necessário que a taxa de juros nominal inclua a taxa de inflação e aumente seu percentual.

2.4 Insegurança Alimentar

Conforme a Declaração dos Direitos Universais da Pessoa Humana em 1948, o direito à adequada alimentação tem sido reconhecido como necessário para a garantia de um padrão de vida satisfatório. O conceito de Segurança Alimentar, segundo a FAO (1996) determina que todas as pessoas tenham acesso físico, econômico e social à alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, para uma vida ativa e saudável. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) foi criada em 1945 com o objetivo eliminar a fome e a pobreza.

Neste contexto dos direitos, pode-se conceituar a Insegurança Alimentar (IA) que tem como controversa a definição de Segurança Alimentar, uma vez que, a insegurança alimentar pode ser definida como a falta de acesso a alimentos saudáveis de um indivíduo. A causalidade deste fato pode ser descrita por várias situações, como: escassez de oferta de bens; elevação dos níveis de preços dos alimentos; redução ou perda de renda; mudanças climáticas; condição de pobreza. A insegurança alimentar e a desnutrição em todas as suas formas são agravadas pelos altos e persistentes níveis de desigualdade – em termos de renda, bens produtivos e serviços básicos [...] (FAO,2021).

A FAO, classifica a insegurança alimentar em três categorias: insegurança alimentar leve, moderada e grave. A de classificação leve está relacionada à incerteza quanto ao acesso à alimentação e sua qualidade; a moderada é quando a quantidade de alimentos é insuficiente; e a insegurança grave, se refere a escassez de alimentos, isto é, condição de fome.

Os recursos técnicos e científicos utilizados para medir insegurança alimentar em nível familiar, incluindo o questionário e os métodos de análise, propõe identificar a segurança alimentar em três níveis: a) Segurança alimentar (SA) na família; b) Insegurança Alimentar (IA) entre adultos na família; c) IA entre crianças e está dividida em dois níveis de intensidade “insegurança alimentar” e “fome”. O instrumento inclui 18 perguntas que capturam distintas dimensões da insegurança alimentar: a) receio ou medo de sofrer insegurança alimentar no futuro próximo (componente psicológico da insegurança); b) problemas de qualidade da dieta de adultos e/ou crianças; c) problemas de quantidade de alimentos para adultos e/ou crianças; d) fome entre adultos e/ou crianças (BICKEL,2000 apud Unicamp, 2003).

A insegurança alimentar atinge principalmente as camadas sociais mais baixas da sociedade, onde não se há uma renda mínima que subsidie as necessidades básicas alimentares. Geralmente esses grupos sociais não consomem alimentos nutritivos e saudáveis, uma vez que, esse tipo de alimentação tem preços mais altos e demanda maior poder aquisitivo. Estudos têm mostrado que a renda é um dos principais fatores que favorecem uma dieta mais saudável (FERRAZ,2018).

Estudos demonstram que o nível de renda e escolaridade dos indivíduos é um fator determinante para as escolhas alimentares dos mesmos, suas análises são baseadas sobre a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), quando o território é o nacional, que consegue avaliar as demandas, gastos e rendimento das famílias por meio de seus orçamentos domésticos. Criando assim padrões de consumo relacionados às características locais, sociais e econômicas. Durante o transcorrer do tempo, se sabe que a sociedade passa por mudanças que resultam de fenômenos sociais e econômicos, que influenciam nas preferências dos consumidores. Por exemplo, conforme Ferraz (2018) a inserção da mulher no mercado de trabalho como um dos aspectos que impactam as preferências por bens de uma família.

2.5 A teoria da Justiça de Rawls

Diante do cenário socioeconômico brasileiro, é possível analisar a insegurança alimentar através da Teoria de Justiça de John Rawls, um filósofo que criou uma teoria que prioriza a justiça com equidade para a estruturação de uma sociedade bem-ordenada em que as políticas distributivas fossem justas para todos (FELDENS, 2012).

A teoria de Rawls foi fundamentada sobre dois princípios de justiça, sendo o primeiro princípio sobre todos os indivíduos terem a mesma liberdade, sem que haja distinção. Igualdade de liberdade para todos. Já o segundo princípio, apresenta a justificativa para a desigualdade socioeconômica, que conforme Rawls mesmo que houvesse indivíduos com mais riquezas e outros com tão pouco ou sem nada, ainda assim, os direitos para ambos seriam iguais. Os menos favorecidos teriam a mesma oferta de bens, serviços e oportunidades que aqueles que estavam acima deles, e caberia a eles decidirem o que fazer, sendo o este denominado Princípio da Diferença (VITA, 2000).

Sendo assim, a justiça distributiva tratada pela Teoria de Justiça de Rawls demonstra que todos os agentes da sociedade dever ter direito de igualdade equitativa, isto é, mesmas oportunidade independente de suas capacidades. Para que assim não se crie uma concentração de renda e acesso educação e saúde apenas a grupos que estão mais afastados da margem social. Como descrito por Eber (2008) é cabível ao Estado ser provedor das escolhas para melhor alocação dos recursos públicos sob a justiça distributiva, a fim de otimizar o bem-estar social e de forma igualitária.

Diante deste contexto a insegurança alimentar pode ser controlada através de políticas distributivas mais justas, através da concepção liberal da Teoria de Justiça. Onde cada indivíduo terá as mesmas oportunidades, renda, saúde e educação, respeitando o princípio da liberdade, que descreve que todos tenham as mesmas condições, porém cabe a estes decidirem se as tomara ou não. Vita (2000) descreve a Teoria da Justiça de John Rawls como sendo um esforço importante para se cumprir as condições que derivam dos valores centrais da tradição política ocidental: liberdade, igualdade, solidariedade e autorrespeito.

Em suma, entende-se que a justiça distributiva é umas das vias a ser tomada para que todas as camadas sociais sejam beneficiadas da melhor forma,

proporcionando melhores condições e oportunidades. Principalmente as camadas mais pobres que são as que mais necessitam dos recursos públicos do país, como políticas de distribuição de renda, principalmente em períodos de crises econômicas onde o impacto maior é sentido por aqueles que menos tem. Enfim, os grupos mais pobres da sociedade são os mais afetados por fenômenos econômicos, como a inflação.

Se sabe que a inflação é um fenômeno monetário caracterizado pelo aumento generalizado do nível de preços. Por um longo período esse fenômeno assombrou a economia brasileira, como no período atual; sendo assim, as políticas públicas priorizavam a estabilidade pela execução de política monetária contracionista. Uma vez que, o cenário inflacionário gera um ambiente de incerteza e ineficiência econômica, que se reflete nas decisões do governo, empresas e da sociedade.

Um dos efeitos provocados pela inflação é a diminuição do poder de compra, devido ao aumento dos preços, já que a inflação mexe nos preços relativos. Quando a inflação se sobressai ao aumento dos salários, há perda do poder aquisitivo dos assalariados. Como já descrito pela TQM, a inflação também causa desvalorização monetária em virtude de uma política monetária expansiva que aumenta o volume de moedas para aquecer a economia doméstica.

3 O CENÁRIO MACROECONÔMICO EM LINHAS GERAIS DE 1994 A 2021

O presente capítulo faz uma breve contextualização dos governos entre 1995 a 2021, salientando o que se julga, no contexto desse trabalho, como características relevantes. O primeiro tópico aborda o Plano Real e suas estratégias ao combate à inflação implementado em 1994, e como reagiu a economia brasileira a partir da sua implementação; e como se caracterizou a busca pela estabilidade no governo social-democrata de Fernando Henrique Cardoso, de 1995-2002. Na sequência apresentam-se os governos do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff de 2003 – 2015, que usaram uma abordagem mais social e inclusiva, mas também buscaram, pelo menos em Lula, manter a estabilidade. Por fim aborda-se os governos de 2016 -2022, que se autoproclamavam “liberais”.

3.1 A busca pela estabilidade econômica: o Plano Real no governo de Fernando Henrique Cardoso

O Brasil passou por um longo período inflacionário no final da década de 80 ao início dos anos 90, onde o Estado interveio, de diversas formas, com políticas públicas direcionadas ao controle da taxa de inflação. Porém, a economia não conseguiu se estabilizar, mesmo com os inúmeros planos de governos a época. Em 1994, é implementado o Plano Real como o objetivo de estabilizar a economia e controlar os gastos públicos, através da redução dos gastos, elevação dos impostos e privatizações. O plano teve tanto êxito que a inflação que era mais de 40% no começo do ano anterior, 1993, passou para 1,71% em dezembro de 1994, conforme o IBGE (2022). E seguiu assim por longos períodos, apesar do país passar por momentos de oscilações entre situações de estagnação e crescimento, mas a fase de hiperinflação não retornou.

Um dos elementos centrais do Plano Real foi a âncora cambial, que consistiu em um instrumento econômico que visava a estabilização dos níveis de preços por meio da indexação da taxa de câmbio. Conforme Gomes (2021), a âncora nominal é essencial para criar condições de níveis de preços, onde seja possível uma determinação única, resultando em uma estabilização de preços. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) assim que efetivou o Plano Real, implementou uma nova moeda que teria paridade com o dólar, sendo chamada de Real. Onde R\$

1 real seria o equivalente a US\$ 1 dólar. Visto isto, entende-se que assim como muitos países da América Latina, o Brasil optou pelo uso de política cambial para combater a inflação que dominava a economia brasileira.

Como em outros países da América Latina em busca do combate a processos inflacionários crônicos, o Brasil também adentrou no chamado plano de estabilização baseado nas taxas de câmbio. Nesse tipo de plano, a taxa de câmbio se torna uma âncora nominal da economia, envolvendo a determinação e a manutenção de certo patamar para a taxa nominal de câmbio (SILVA, 2016).

O Brasil nessa época, então, teria uma moeda forte, sua economia estava em expansão, o PIB cresceu em 5,67% no ano de 1994 assim como o setor industrial que expandiu em 7%, e o setor agropecuário para 7,6%, os serviços para 4%. Além desses setores o consumo dos agentes econômico também cresceu, uma vez que os salários eram convertidos em uma moeda que possuía o poder de compra relativamente constante, e outro fator que contribuiu para o aumento na demanda foi a queda da taxa de inflação (LACERDA, 2010).

O Plano Real entre 1994 e 1998, apresentou uma política monetária mais rígida sobre o financiamento do Balanço de Pagamento e o processo de estabilização dos preços, visto que, a política monetária desse período visava controlar as reservas internacionais. Outro fator importante da política monetária do período, era a alta taxa de juros SELIC, que é estabelecida pelo Banco Central (BC); mesmo com resultados positivos e o Plano apresentando êxito e bom desempenho na economia, o BC ainda mantinha a SELIC alta, o que ia em sentido contrário aos demais países que também implementaram planos de controle inflacionário e depois de estabilizarem reduziram suas taxas básicas de juros (MODENESI, 2010).

Em 1998 a inflação atingiu o percentual de 1,65%, porém a taxa básica de juros (SELIC) se mantinha alta em 32,94%; com a taxa de inflação baixa e os juros altos o crescimento do país foi menor que nos anos iniciais do Plano, resultando um PIB de 0,3% no 4º trimestre de 1998 (IBGE, 2022). Com um cenário de estagnação, ao mesmo tempo que acontecia a Crise Asiática em 1997 e no ano seguinte a Crise Russa, a economia brasileira foi atingida e ficou enfraquecida. Em janeiro de 1999, o país enfrenta uma crise que pressionou o governo a desvalorização do real. O processo de desvalorização cambial foi até março do mesmo ano, e no mês de julho

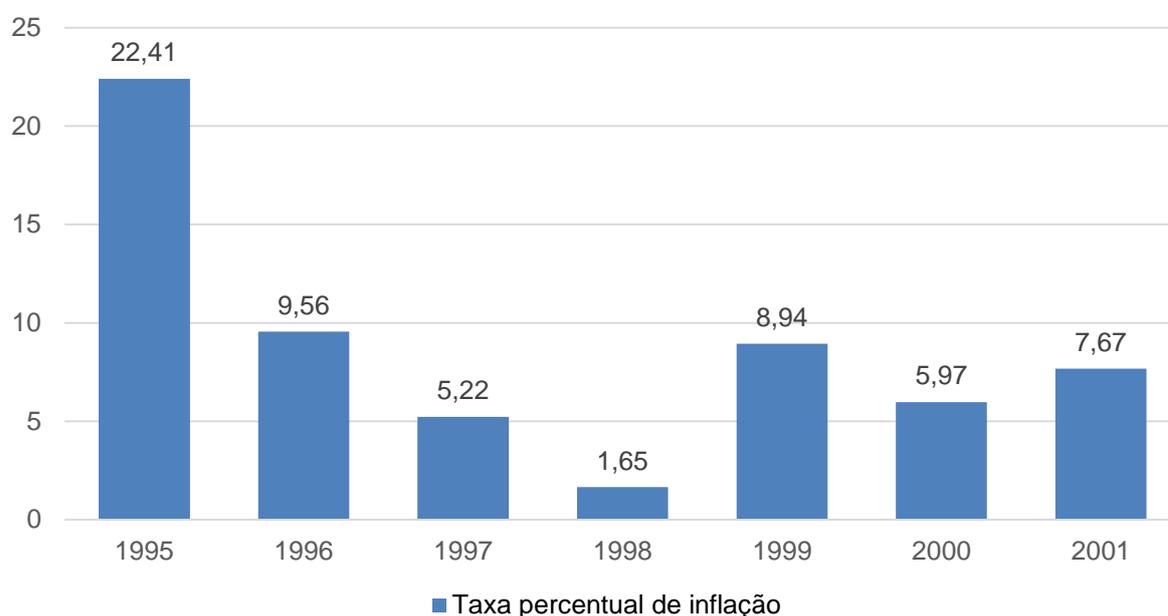
o governo deixa de usar a âncora cambial como base de suas políticas econômicas, e adota o Sistema de Metas de Inflação (SMI).

Modonesi (2010) aponta que o Regime de Metas de Inflação foi um instrumento estratégico da política monetária, que visava o comprometimento institucional do Banco Central em adotar a estabilidade de preços como principal meta de longo prazo – à qual se subordinam os demais objetivos, inclusive o crescimento econômico.

Nesse período (1999) o Brasil adota o regime de câmbio flutuante que combinado com o SMI teria o intuito de combater a inflação. É de responsabilidade do COPOM- Comitê de Política Monetária a definição da taxa básica de juros e do Conselho Monetário Nacional (CMN) a definição da meta de inflação para economia. Como pontua Lacerda (2010), o SMI é criticado pelas elevadas taxas de juros que o Banco Central estipula para que se respeite as metas propostas. No entanto, elevadas taxas de juros acabam encarecendo o crédito, o financiamento e afetam as decisões de investimentos, e aumentam o dispêndio do financiamento da dívida pública, já que boa parte dela é financiada por taxas pós-fixadas.

Segundo Modonesi (2010) o alto percentual da taxa básica de juros é um custo para combater a inflação, e esse custo afeta diretamente o bem-estar da economia. *“[...] Uma elevação dos juros reduz a inflação, amplia o bem-estar, por outro, um aumento dos juros diminui o bem-estar, uma vez que: desaquece a economia; valoriza o real; e deteriora as contas públicas” (MODENESI, 2010).*

O Regime de Metas de Inflação só começou a ter retornos positivos e se consolidar após dois anos de sua implementação, onde houve um leve ajuste no Balanço de Pagamentos e uma redução considerável no déficit em contas correntes. Outro ponto do RMI foi a redução das taxas de juros, que surgiu como resultado da política monetária conduzida somada ao novo regime cambial flexível, mesmo com a taxa de juros ainda alta se comparada com a média externa, os percentuais reduziram quase a metade de seus padrões anteriores (LACERDA, 2000).

Gráfico 2- Variação acumulada anual do IPCA - 1995 a 2001

Fonte: Elaboração própria conforme dados de IBGE(2022).

No gráfico 2 é possível observar a inflação acumulada entre 1995 e 2001, onde fica evidente a redução gradual, mas expressiva nos primeiros anos do Plano Real

3.2 A Condução da política econômica nos governos do Partido dos Trabalhadores

Em 2002 Lula Inácio da Silva assume a presidência do país e mantém as políticas econômicas já efetivas na economia, o chamado tripé econômico formado por: responsabilidade fiscal; câmbio flutuante e metas de inflação. Não somente o tripé que teve continuidade no governo de Lula, mas muitos programas sociais como o Bolsa Família que foi criado ainda no governo de FHC. No entanto não foram só as políticas e planos que o presidente recém-eleito teria herdado do mandato anterior, em 2003 o Brasil esteve em uma situação de vulnerabilidade pois o desemprego apresentava altas taxas, assim como déficit da conta corrente.

De 2004 a 2010 o Brasil apresentou um crescimento do PIB de 4,4%, mais do que no período de 1999 a 2003 onde se chegou a 1,9%. Além de um período de crescimento, a taxa de juros básica teve queda, como pontua Serrano e Summa

(2011), que após 2003 com os EUA com uma taxa de juros menor e a *spreads* significativamente menores para os “mercados emergentes” em geral, resultou em melhores condições externas ao país. Com a taxa SELIC mais baixa o país toma medidas para incentivar o crédito, principalmente o destinado ao consumo e ao setor imobiliário.

Nesse período o cenário econômico mundial era positivo, o PIB mundial apresentava um crescimento contínuo, principalmente na China, o que explica o *boom* das exportações brasileiras, principalmente das *commodities*. Com o Brasil produzindo mais, sequencialmente, a demanda aumentou, a economia estava estabilizada e em crescimento, apresentando superávit primário de 1,8% no ano de 2005 (PESSOA, 2021).

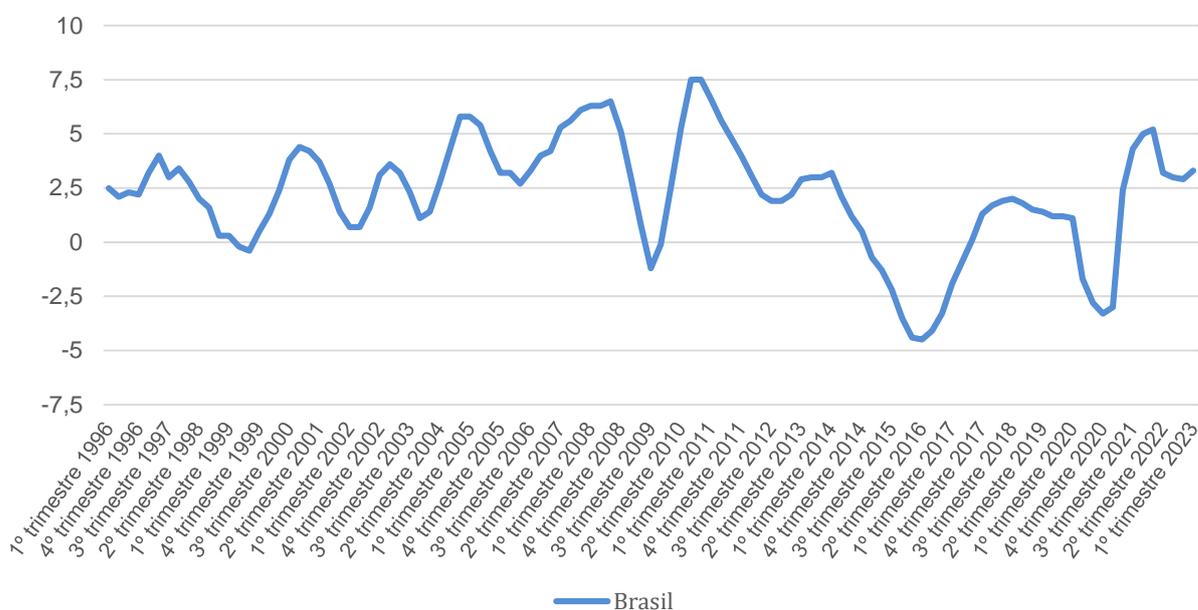
Porém, em 2006 o país adota uma política macroeconômica expansionista, logo, as exportações deixam de atuar como influência maior no crescimento e abrem espaço para o desenvolvimento do mercado interno. Em 2008 acontece a grande Crise Financeira Americana que atingiu ao mundo todo; no Brasil a crise afetou diretamente ao crescimento, ocasionando uma desaceleração a partir do quadrimestre daquele ano.

A fim de minimizar os impactos da crise de 2008, no Brasil o governo implementa ações nas áreas fiscais, monetária, creditícia e cambial. Como intervenção fiscal pode-se relatar a redução de tributos o que resulta no aumento do consumo, ou seja, a demanda cresce, outra medida fiscal foi o aumento dos gastos públicos que resultaram na redução do superávit primário da União, cuja proporção do PIB caiu de 2,45% para 1,29% de 2008 para 2009 (TCU, 2009).

Ainda nesse período destaca-se as medidas monetárias e creditícias que contribuíram para o aumento da liquidez na economia, resultando na diminuição da taxa de juros real, conforme pontua o Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República de 2009. Uma vez que, com a expansão monetária e um aumento na oferta de crédito, a quantidade de moeda circulando em uma economia é elevada e resulta em uma maior liquidez. Portanto, o Brasil passa por um período de recessão, mas consegue controlar os efeitos da crise sob a economia, através do intervencionismo do governo. No entanto, no ano de 2010 o país apresenta um acelerado crescimento que alcançou um PIB de 7,5%, e a partir de 2011 a fase do ciclo de crescimento muda, e inicia-se o processo de desaceleração econômica no

país, que iria culminar na recessão de 2015-2016 (Gráfico 3) (SERRANO; SUMMA, 2011).

Gráfico 3 - PIB 1996-2023 – Valores Trimestrais



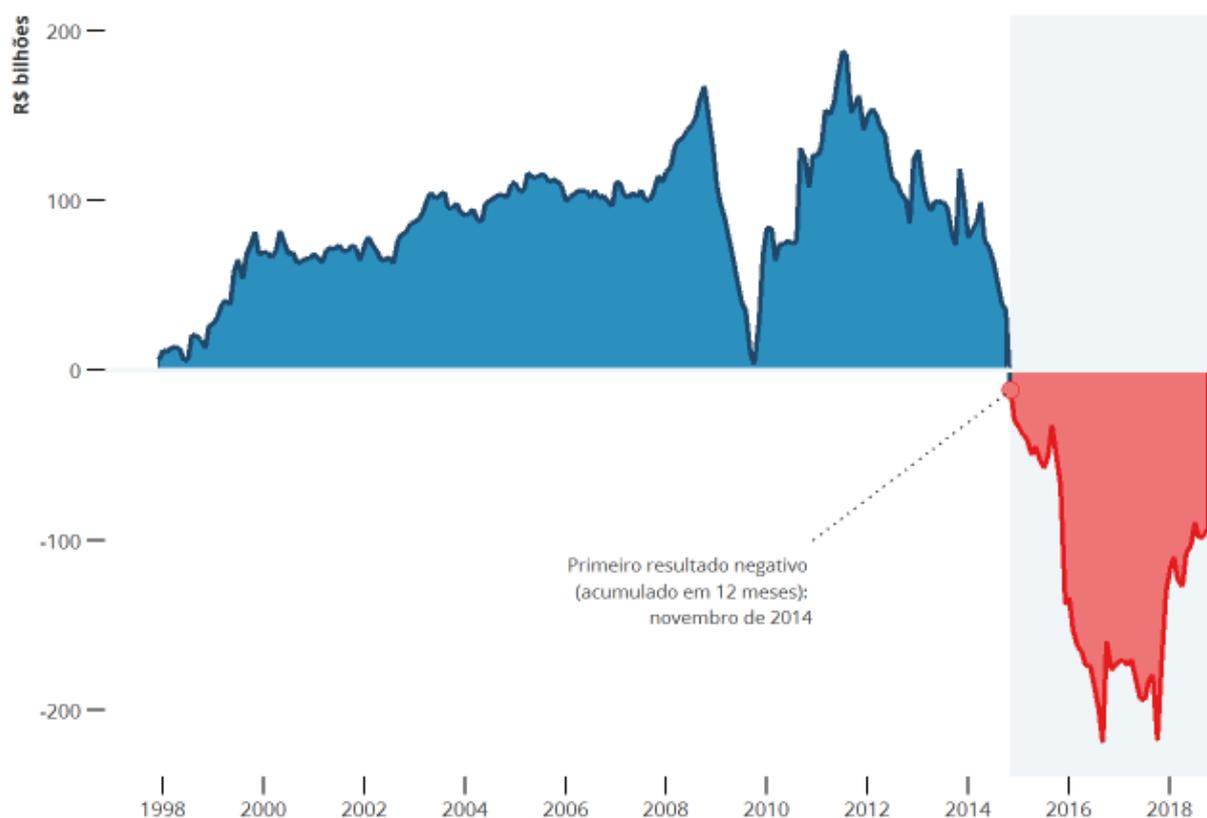
Fonte: Elaboração própria conforme IBGE(2023).

Em 2011 o Brasil passa a ser governado por Dilma Rousseff, que se depara com um país com indicadores macroeconômicos positivos e um arcabouço institucional responsável pelos programas de transferência de rendas. As primeiras medidas adotadas pelo novo governo foi a elevação da taxa de juros de 9,9%, em 2010, para 11,7% em 2011, além de reduzir o crédito destinado ao consumo, desvalorizar o câmbio e a execução de uma política fiscal mais rígida que teria como objetivo o crescimento do superávit primário (Gráfico 4) (ESPINDOLA, 2019). Como uma taxa de juros elevada a inflação também aumentou indicando um percentual de 6,5% no final de 2011, sendo a maior taxa de inflação desde 2005 (IBGE, 2022).

No ano seguinte, 2012, o governo decide reverter algumas políticas e ações adotadas, sendo uma das principais a redução da taxa de juros que encerrou o ano em 8,5%, conforme o Boletim do Banco Central do Brasil de 2012, outras ações executadas foram a redução de tarifas de energia elétrica, isenções fiscais, que o governo implementou para que a inflação fosse controlada, além de impulsionar a oferta e demanda por bens. No entanto, a inflação continuou aumentando assim como a despesas dos gastos públicos, o que fez com que em 2015 o governo mudasse suas

políticas econômicas, que agora seriam voltadas a área de política fiscal no que tangenciava a despesa pública (ESPINDOLA, 2019).

Gráfico 4 - Resultado primário acumulado dos últimos 12 meses, pelo IPCA de 1998 a 2018



Fonte: Tesouro Nacional (2023).

Ainda assim, o dispêndio com os juros da dívida pública continuou crescendo alcançando 8,5% do PIB de 2015, em valores foi o equivalente a 501,8 bilhões de reais. O Brasil estava vivendo as consequências do intervencionismo do governo, o crescimento já não era tão alto como na década anterior, a sociedade estava insatisfeita com a situação econômica que se formou, bem como, os investidores externos que viam o país com uma incerteza. No segundo mandato de Dilma, que se iniciou em 2015, o país estava em um período de recessão, como pontua Rossi (2017), que descreve a recessão brasileira não apenas com as seguidas quedas do PIB, mas também o consumo das famílias, o emprego e renda que passaram a cair de forma continuada, fatos não observáveis nos dados até o final do ano de 2014.

A fim de reduzir o impacto do período recessivo do biênio 2015-2016, o governo Dilma opta pela austeridade, sendo assim, aplicando ações restritivas sobre as

políticas monetária, cambial, creditícia e em diversas outras áreas de sua atuação. No entanto, segundo Carneiro, Baltar e Sarti (2018) a política adotada pelo governo fracassou, uma vez que:

Não só não houve melhoria das contas públicas (nem sob a perspectiva dos fluxos, tampouco sob a ótica dos estoques), como a deterioração fiscal se acentuou, impactando diretamente os indicadores de endividamento, que cresceu quase 10% em um ano. Não apenas não houve recuperação da confiança empresarial e do investimento privado, como ambos desabaram, promovendo uma queda do PIB de 3,8% em 2015 e transformando uma desaceleração em uma recessão (CARNEIRO, BALTAR E SARTI, 2018).

A política monetária também não apresentou bons resultados, sendo incapaz de controlar a inflação que no período chegou a 10,67%, rompendo o teto de meta que era de 4,5% (IBGE, 2022). Em 2016 a presidente Dilma sofre um impeachment, e seu vice assume.

3.3 A condução da política econômica a partir de 2016: a autoproclamação “liberal”

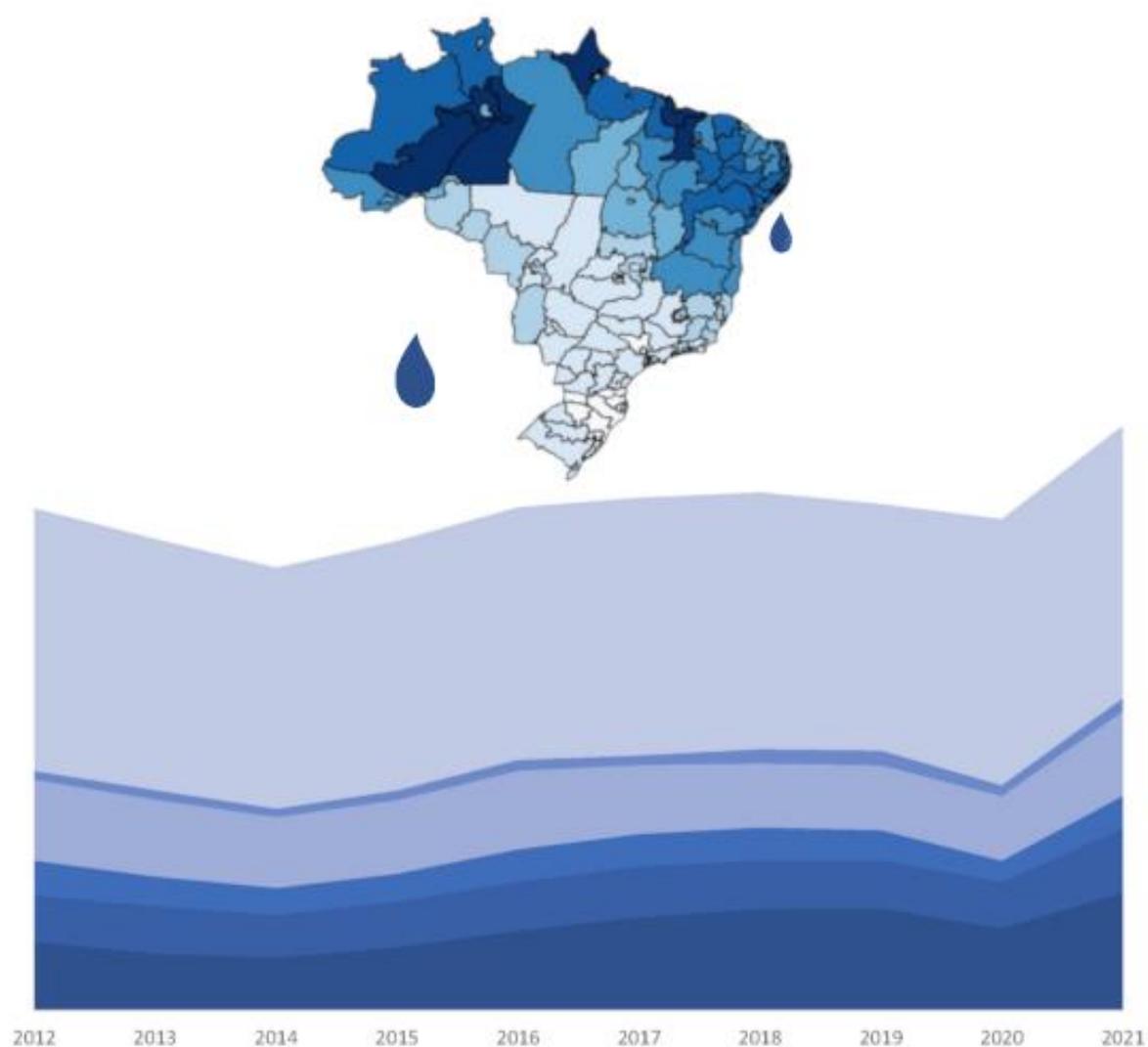
Michel Temer toma a frente de uma país que estava passando por uma aguda recessão, apresentando um déficit primário de 2,5% do PIB de 2016, além de altas taxas de desocupação que no início de 2017 chegaram a 13,7% (OREIRO, DE PAULA, 2019).

Então compreende-se que a economia brasileira entrou em um período de estagnação, onde apresentava um baixo e estável crescimento como foi no biênio de 2017-2019, em que chegou ao percentual de crescimento de 1,0% PIB. Um fato importante do governo Temer foi a implementação da PEC 95, do Teto dos Gastos que objetivava a redução dos gastos públicos, além de equilibrar as contas públicas através de fixação por até 20 anos um limite para as despesas primárias, que passam a ser reajustadas pelos gastos realizados no ano anterior corrigido pela inflação, conforme Oreiro e De Paula (2019). Esse governo compreendia que a adoção de um ajuste fiscal mais rígido pelo governo estava interligada a necessidade de recuperar a confiança do setor empresarial, para que houvesse novamente o retorno de investimentos.

A economia brasileira estava se recuperando de forma gradual, mas e lenta, o PIB alcançou 1,8% em 2018 apesar da taxa de desocupação ainda continuar no

patamar de 12%, como coloca a Fundação Perseu Abramo em seu livro “*Brasil: incertezas e submissão?*”. O Brasil, a partir de 2016, passou a registrar o crescimento dos indicadores de pobreza, a crise política e econômica teve como expressão mais dura a elevação do desemprego, a queda da renda dos trabalhadores e redução dos investimentos sociais (gráfico 5).

Gráfico 5 - Crescimento da pobreza de 2012 a 2021



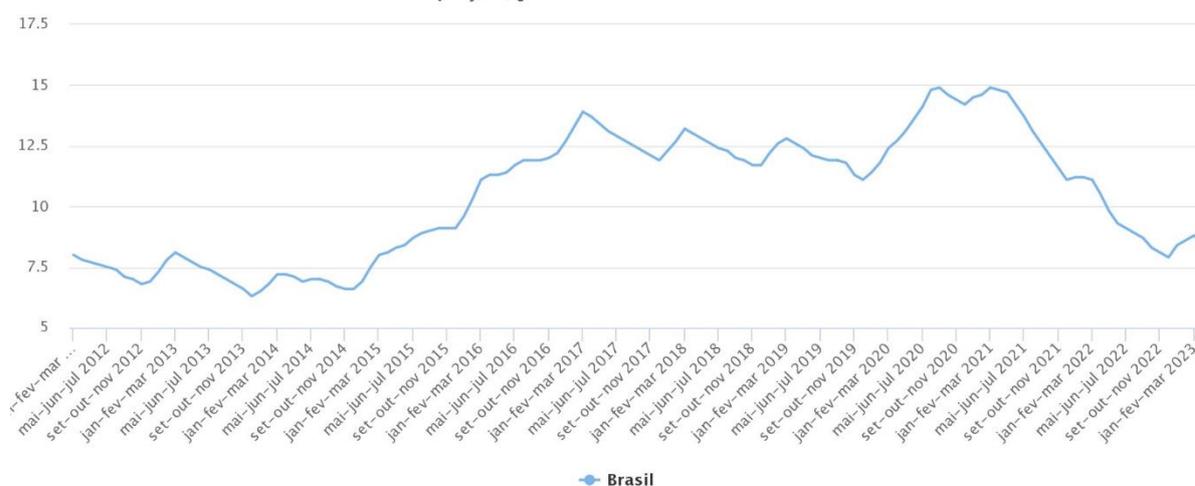
Fonte: Neri (2022).

No ano de 2018 Jair Bolsonaro é eleito à presidência, em seu primeiro ano de mandato 2019, já demonstrava que daria continuidade à política “neoliberal” do governo antecessor, com a reforma da previdência, manutenção do teto dos gastos, congelamento dos salários dos funcionários públicos, desvinculação da receita da

despesa orçamentária, privatização de empresas estatais, revisão da política de reajuste de salário-mínimo, redução do papel do BNDES, independência do Banco Central (DE PAULA, 2018). Além de manter um regime fiscal contracionista, que não estimula a demanda para que não houvesse um impacto na área fiscal; além de reduzir a participação de investimentos públicos, abrindo maior espaço aos investimentos privados, como descreve Oreiro e De Paula (2019).

Com as inúmeras promessas que o novo governo havia feito, se gerou uma visão positiva e otimista sobre a economia brasileira, acreditava-se que as reformas propostas a economia fariam com que houvesse crescimento e se recupera-se das sequelas da crise de 2015/2016. Porém não foi o que aconteceu, a reforma da previdência levou um longo tempo para ser aprovada e com isso o governo não fez mais nenhuma movimentação de incentivo a economia. Com o cenário econômico estagnado, a confiança dos indivíduos e empresas reduziram, ou seja, não havia investimento e consumo interno era restrito. Com isso o crescimento foi lento e findou o ano de 2019 em 1,2% de PIB, assim como a inflação que se manteve em níveis baixos apresentando 4,71% no acumulado de doze meses. Mas é importante ressaltar que a baixa taxa inflacionaria se deu pela escassez de demanda que não pressionava a suba dos preços. Com o crescimento baixo a taxa de desemprego se mantinha acima dos 11% (Gráfico 6) (IBGE, 2020).

Gráfico 6 - Evolução taxa de desocupação de 2012 a 2023



Fonte: IBGE(2023).

Em 2020, ano que se iniciou a pandemia do vírus Covid-19, a economia mundial estava instável. No primeiro semestre do ano a China, local de onde surgiu o vírus, teve que adotar o isolamento social como uma medida para o controle de contaminação o que não adiantou, em poucos meses todos os países foram contaminados e tiveram que também optar pela quarentena. Com o isolamento social, a economia global estava estagnada. Em março de 2020 o Brasil decreta quarentena, com um cenário econômico abalado, a paralisação de todas as atividades econômicas agravou a saúde econômica do país, que apresentando um recuo de 4,1% do PIB, comparado ao ano anterior (IBGE, 2022).

Com o aumento de casos de contágio pelo vírus e inúmeras mortes, mais o período da quarentena se estendia, o que acabou afetando diversas empresas e trabalhadores individuais que tiveram que encerrar suas atividades, aumentando os níveis de desemprego no país. Segundo Santos e Santos (2020), o segundo período, de abril a julho de 2020, teve um avanço do corona vírus em todo país provocando uma recessão econômica. A fim de mitigar os efeitos da crise, o governo amplia as linhas de crédito destinadas às micro e pequenas empresas para a gestão de caixa, e cria um plano para distribuição de renda aos indivíduos que haviam sido prejudicados pela paralisação das atividades, como: empresários de micro e pequenas empresas; desempregados; trabalhadores autônomos, e todos aqueles que fizessem inscrição no Cadastro Único.

Projetava-se que no ano de 2021 a economia brasileira tivesse algum crescimento, mas para que isso fosse possível seria necessário que o Governo Bolsonaro retomasse a agenda de reformas estruturais. De fato, em 2021 o PIB cresceu 4,6% tendo um melhor desempenho no quarto trimestre com um percentual de 0,5%. Os setores da economia demonstraram uma recuperação, como o de serviços que fechou o ano com 4,7% de crescimento assim como a indústria com 4,5%. Pelo lado da demanda, mais específico o consumo das famílias, é importante ressaltar que após um recuo nos dois anos anteriores (2019/2020) em 2021 avançou para 3,6%. Porém apesar dessa melhora, o poder de compra estava sendo impactado pelas taxas de inflação que estavam elevadas, somando-se à taxa de juros. O que aumentava mais ainda a insegurança alimentar, principalmente o estágio mais grave de IA (IBGE, 2022).

Com as taxas de inflação descontroladas e numa constância crescente, o Banco Central aumentou as taxas de juros para que houvesse um maior controle da

inflação, a partir de janeiro de 2021, o que não teve sucesso. À medida que a inflação subia, a taxa SELIC aumentava; os alimentos básicos da rotina alimentar dos brasileiros já estavam com preços muito altos, e no cenário da pandemia onde muitos haviam perdido sua fonte de renda ficou inviável comprar alguns produtos, levando então famílias a consumirem bens substitutos ou deixaram de consumir produtos básicos em uma dieta equilibrada, tais como carne, leite, cereais e legumes.

No ano de 2021 a inflação chegou aos dois dígitos 10,06%, e o método que o governo adotou para combater a inflação foi a desaceleração da economia através de um choque monetário pelo aumento os juros, e fiscal pelos cortes de gastos, o que reduz a demanda por bens e serviços. Logo, à medida que a inflação aumentava, em resposta a SELIC também crescia, passando de 1,90% em janeiro de 2021 para 9,15% em dezembro (BCB, 2022). O economista Pedro Rossi (2021) coloca que:

Uma política de desaceleração da economia pode até reduzir a inflação, mas tem um alto custo social arcado especialmente pelos mais pobres. A inflação é um problema distributivo e combater inflação com desemprego fragiliza os trabalhadores (ROSSI, 2021).

Diante disso, foi possível sintetizar as seguintes observações: que a economia brasileira conseguiu a estabilidade econômica devido as medidas monetárias iniciadas e adotadas desde o Plano Real em 1994, e seguiu controlando a inflação com a implementação do Regime de Metas de Inflação que foi implementado em 1999. Nos primeiros anos do século, principalmente 2002 onde o Governo do PT começou os seus mandatos, uma vez mantido o tripé macroeconômico somado a política fiscal e programas de distribuição de renda, esses governos garantiram o crescimento econômico, principalmente nos mandatos de Lula, e promoveram a distribuição de renda dando aos mais vulneráveis maior poder de compra.

Nos mandatos de Dilma, a piora do contexto econômico pesou sobre as políticas distributivas. E posteriormente os governos de Temer e Bolsonaro diminuem os recursos para esse fim. O abandono gradativo do orçamento em políticas somado a piora no mercado de trabalho fazem com que a fome cresça no cenário brasileiro. Mas principalmente, o que é o objeto desse trabalho, as políticas distributivas têm seus efeitos diminuídos frente a inflação que corroí o poder de compra da população mais vulnerável; o que se verá mais à frente.

O próximo capítulo tem o intuito de demonstrar os fatores favoráveis que permitiram a implementação e execução das políticas públicas nos períodos de crescimento econômico brasileiro, assim como, as deterioração e enfraquecimentos destas quando houve a mudança das políticas econômicas, como a partir dessas mudanças o país retornou ao mapa da fome.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE IMPACTARAM O COMBATE A FOME ENTRE 2015-2021

Desde o período de redemocratização do Brasil há políticas públicas direcionadas ao combate à fome. No entanto, algumas políticas sofreram com reduções no valor orçamentário com o passar dos anos, o que torna um fator agravante para a insegurança alimentar, principalmente em cenários de crise econômica. A partir da criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) foram desenvolvidos diversos programas direcionados ao combate à fome no Brasil, dentre eles: o Guia alimentar para a população brasileira, Fome Zero e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esses programas interligados as políticas de transferência de renda e programas de redução da pobreza foram relevantes para a redução dos níveis de indivíduos em situação de insegurança alimentar no país.

Percebe-se que em momentos favoráveis da economia brasileira também foram os mesmos programas que proporcionaram ótimas taxas de segurança alimentar, por conta da consolidação das políticas públicas. Porém, a partir do ano de 2015, com uma crise nacional, o cenário brasileiro se modifica e muitas dessas políticas perdem poder por conta dos cortes orçamentários e a extinção do CONSEA.

Nesse capítulo será abordado a definição do mapa da fome pela FAO, e como o Brasil através de políticas públicas e programas sociais conseguiu combater a fome e reduzir a desigualdade social, ainda que por um período restrito. E quais foram os motivos que fizeram o país retornar ao mapa da fome. E diferente dos outros capítulos o período de análise aqui refere-se aquele em que os programas distributivos começam a ser abandonados.

4.2 O Mapa da Fome- FAO

O combate a fome voltou a ser um desafio desde o começo da pandemia da Covid-19, em 2020. Apresentando um panorama de insegurança alimentar similar ao de 2004, ano em que os programas sociais direcionados a segurança alimentar passaram a tomar forma. É importante ressaltar que o cenário de 2020-2021 não tem apenas a crise sanitária como agravante, mas também o abandono das políticas

sociais de segurança alimentar e nutricional desde 2015 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2022).

A Organização para Alimentação e Agricultura, pertencente a Organização das Nações Unidas (ONU), tem como propósito garantir que todos os indivíduos possam ter acesso frequentemente aos alimentos de qualidade e em quantidades suficientes que lhes proporcionem uma vida saudável. Juntamente com a FAO estão os governos que detêm o desafio de combater a fome e proporcionar segurança alimentar a sua nação. A FAO utiliza o Mapa da Fome como ferramenta para demonstrar o percentual populacional que enfrenta a fome e a insegurança alimentar no mundo.

O Mapa da Fome é publicado anualmente no relatório “*O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo*”. Estão no mapa, países que apresentam mais de 2,5% de sua população com acesso inadequado, insuficiente ou nenhum acesso à alimentação. O indicador utilizado para identificar esses percentuais é o Prevalência de Desnutrição (PoU) que monitora a fome nos níveis global e regional, baseando-se em informações dos países sobre a disponibilidade, consumo de alimentos e necessidades calóricas. Sendo a fome definida como uma sensação desconfortável ou dolorosa causada por energia insuficiente da alimentação, por conta da privação de alimentos (FAO, 2023).

O PoU é o indicador do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 02 (ODS 2) – Fome zero e agricultura sustentável, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)-, que tem como intuito acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, através de cinco metas que deverão ser cumpridas até o ano de 2030 (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2023).

Segurança Alimentar é a garantia que todos os domicílios estão tendo acesso regular, permanente e irrestrito a alimento de qualidade e em quantidades suficientes para seus padrões de consumo. Já a Insegurança Alimentar é a falta desse acesso aos alimentos, sua definição é classificada em três níveis: a) Insegurança Alimentar leve, nessa situação os indivíduos passam a ter preocupações e incertezas quanto ao acesso da alimentação ao longo prazo, e para garantir quantidades de alimentos optam por estratégias que os garante a quantidade mas perca qualidade; b) Insegurança Alimentar moderada, neste nível os padrões alimentares são modificados os adultos passam a ter sua alimentação reduzida ou rompida para garantia da alimentação dos demais no domicílio; c) Insegurança Alimentar Grave, nesse nível todos os familiares, incluso crianças, passam a ter uma redução quantitativa de

alimentos, ou seja, há uma privação severa ao consumo alimentar se tornando uma situação de fome (REDE PENSSAN, 2022) .

No Brasil a incerteza alimentar possui gênero, cor e grau de escolaridade como demonstrou a VIGISAN de 2020, 11,1% dos domicílios comandados por mulheres estavam no grau mais grave de insegurança alimentar, a fome, contra 7,7% nos lares com o homem como pessoa de referência. Como as residências chefiadas por pessoas pretas ou pardas 10,7% passavam fome, e os percentuais são maiores quando os chefes de família apresentam baixa escolaridade, sendo 14,7% dos lares enfrentando a fome.

A fome também tem lugar, no Brasil das regiões a que mais apresentou aumento nos números percentuais de IA grave foi a região norte que em 2020 chegou a 18,1% e passou para 25,7% no ano de 2021. As demais regiões apresentaram 13,8% em 2020 para o nordeste, contra 21% no ano decorrente, assim como Sul e Sudeste que foram de 6% para respectivos 13.1% e 9% e por fim, a região Centro-Oeste que passou de 6,9% (2020) para 12,9% em 20221 (VIGISAN, 2022).

4.3 As políticas de combate a fome no Brasil

Desde a virada do século XXI, a distribuição de renda no Brasil apresentou uma melhora, no período de 2000 a 2010 é possível apontar que houve uma redução na desigualdade da distribuição de renda no país. O que tornou esse fator possível foi o cenário econômico que estava sendo construído no período citado. Como aponta Trovão e Araújo (2019), o Brasil apresentou uma evolução no PIB causando uma mudança no padrão de crescimento da economia, mudança tal que trouxe resultados importantes para a população, impactando positivamente a camada social mais baixa na distribuição de renda.

Com a economia em crescimento e apresentando ótimos indicadores, houve também uma melhora na arrecadação, o que tornou possível a expansão dos programas sociais e de distribuição de renda. Em outubro de 2003, já no primeiro mandato do governo de Lula, instituiu se o Programa Bolsa Família, que surgiu a partir da conjunção dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás. O Bolsa Família foi um dos programas de distribuição de renda mais importante na história brasileira ao combate à desigualdade social do país, desde os primeiros anos de sua

implementação beneficiou milhões de famílias, em 2004 foram 6 milhões de beneficiários e em 2006 em torno de 11 milhões (ENAP, pag. 160, 2018).

No ano de 2014 o Brasil foi removido do Mapa da Fome da FAO, o país entre 2002 e 2013 conseguiu cumprir os objetivos da Cúpula Mundial da Alimentação e o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), se tornando um dos primeiros países subdesenvolvidos a eliminar a fome. Conforme o Relatório Anual da FAO de 2014, o progresso para alcançar esses objetivos teve início no ano de 2003 onde foi iniciado o Programa Fome Zero, que tinha como propósito central acabar com a fome, colocando em prática uma estratégia integral para promover a segurança alimentar (FAO, 2014).

O programa Fome Zero introduziu um novo modelo de desenvolvimento focado na erradicação da fome e na busca de inclusão social por meio de políticas macroeconômicas, sociais e industriais. Isso acelerou enormemente o progresso na redução da fome: entre 2000-2002 e 2005-2007, a desnutrição crônica no Brasil diminuiu de mais de 10% para menos de 5%, caindo a uma taxa 2,5 vezes mais rápida do que na década anterior (FAO,2023).

O programa Fome Zero foi lançado com uma proposta em 2001, ainda no governo de FHC, através do diagnóstico de que a causa da fome do país estava relacionada a pobreza e a concentração de renda, que seriam empecilhos ao acesso de alimentos nutritivos. O programa só foi formalizado em 2003, no primeiro mandato do governo Lula, que desde seu discurso de posse se comprometeu a combater a fome e a promover a inclusão social (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2022).

Programa Fome Zero foi elaborado através de consultas feitas junto aos representantes do Governo Federal, da sociedade civil, e de governos estaduais e municipais, chegando à estrutura publicada na Medida Provisória nº103, de janeiro de 2003 que recriou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como órgão de assessoramento da Presidência da República; o CONSEA tinha sido criado em 1993. Outro ponto publicado na Medida Provisória foi a criação de um Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), ligado à Presidência da República para formular e implantar políticas de segurança alimentar (FOME ZERO, 2010).

É possível descrever que o Fome Zero tinha o intuito de solucionar o problema de insegurança alimentar, através da melhoria do nível de renda da população mais pobre, visto que, o problema da fome no Brasil está muito mais relacionado com a

insuficiência de renda do que com a falta de oferta ou escassez de alimentos. Portanto, uma das ações mais importantes do programa foi a assistência financeira direcionada a famílias em extrema pobreza, através do Programa Cartão Alimentação que em outubro de 2003 passou a ser o Programa Bolsa Família (FOME ZERO, 2010).

As transferências sociais e, particularmente, o Bolsa Família foram responsáveis pela queda de 15% a 20% na desigualdade de renda domiciliar por pessoa, entre 2001 e 2011. A partir de 2011, o compromisso com a população mais pobre foi reforçado com o plano Brasil Sem Miséria (BSM), que ampliou o Bolsa Família, por meio da criação do Benefício para Superação da Extrema Pobreza. Na primeira década de existência do Bolsa Família, 36 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza. Deste total, 22 milhões superaram a miséria após a implantação do Brasil Sem Miséria (MDS, Cartilha PBF, 2015, p. 17).

Outro programa instituído em 2003 foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com dois propósitos: promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar. Isso acontece a partir da compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitações, que serão destinados a população em situação de insegurança alimentar e nutricional (MDS, 2023).

O que se verifica é que o Programa Fome Zero, ainda que criado em 2001, foi se aprimorando nas décadas seguintes. E que as políticas de combate à fome foram ganhando novos contornos, talvez com maior ênfase na distribuição de renda. Mas, ainda assim, essas questões estão associadas.

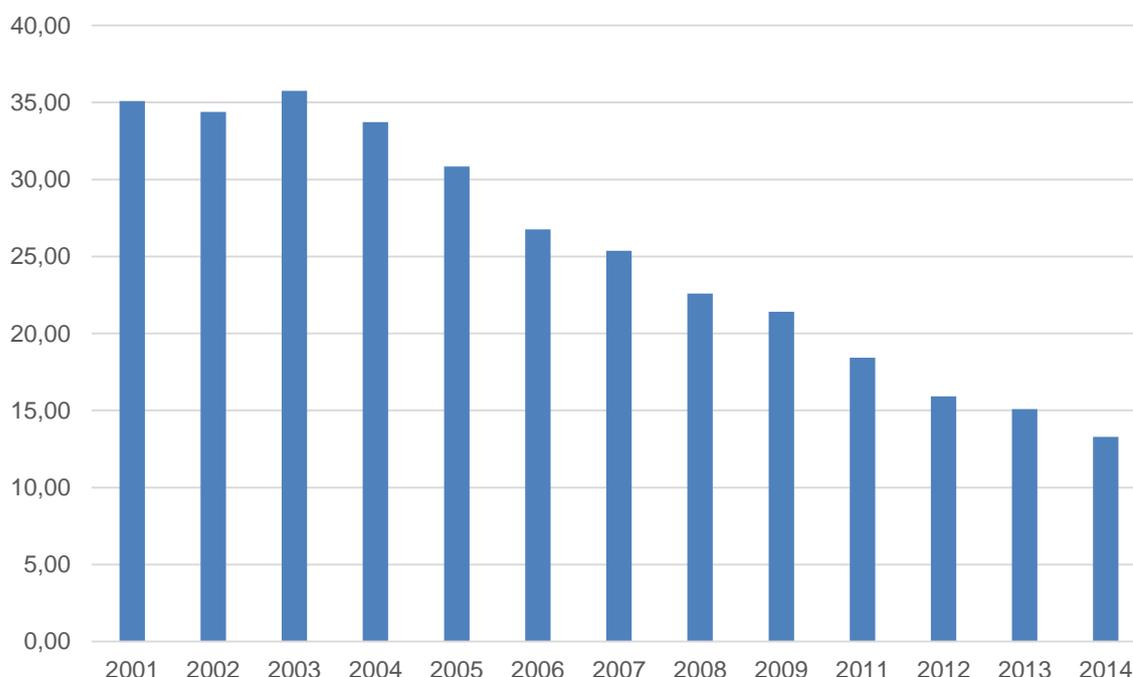
4.4 Os desdobramentos da distribuição de renda e dos programas de combate a fome

Em 2011 foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que teria como objetivo acabar com a extrema pobreza por meio de ações integradas e intersetoriais nos eixos temáticos de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços (DA FOME A FOME, 2022). Durante 11 anos, de 2003 a 2014, as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional tiveram como prioridade a erradicação da fome e miséria no Brasil.

Conforme o livro “Fome Zero Vol1, de 2010”, de 2003 a 2008, 19 milhões de brasileiros saíram da faixa de extrema pobreza, e mais de 24 milhões deixaram a linha da pobreza. E quanto ao grau de desigualdade de renda no país houve uma redução de 28%, no mesmo período, por conta dos programas de transferências de renda. Da redução da desigualdade de renda no Brasil, 21% podem ser atribuído a

implementação bem sucedida do Programa Bolsa Família que beneficiou até o ano de 2015 aproximadamente 14 milhões de famílias brasileiras.

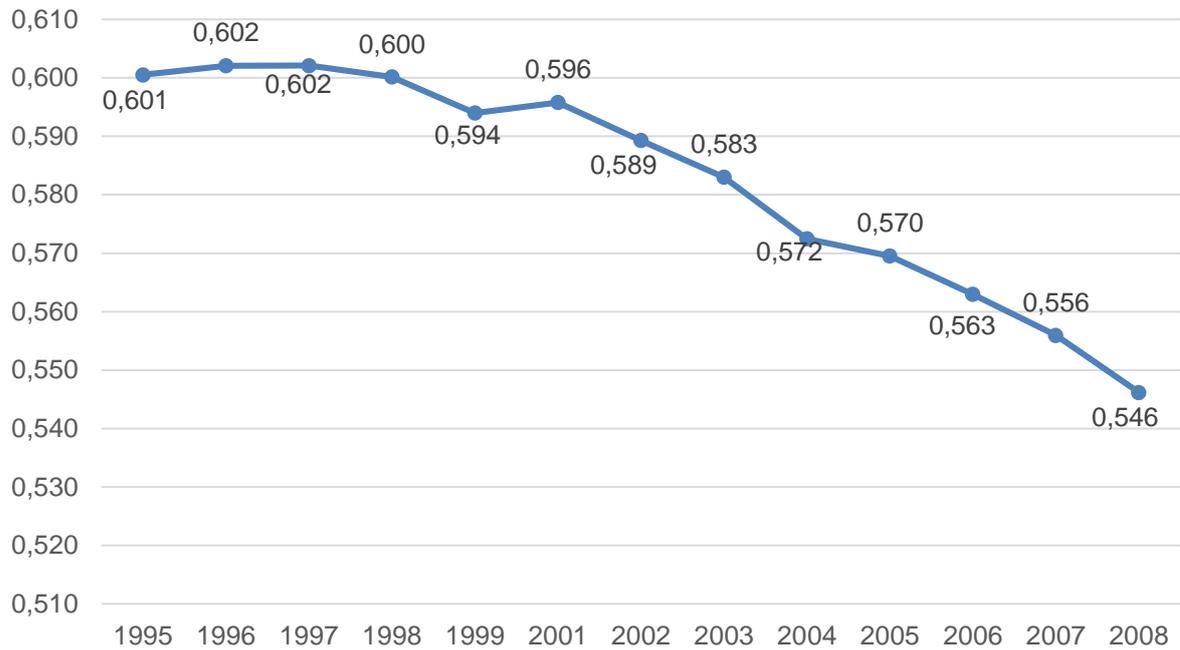
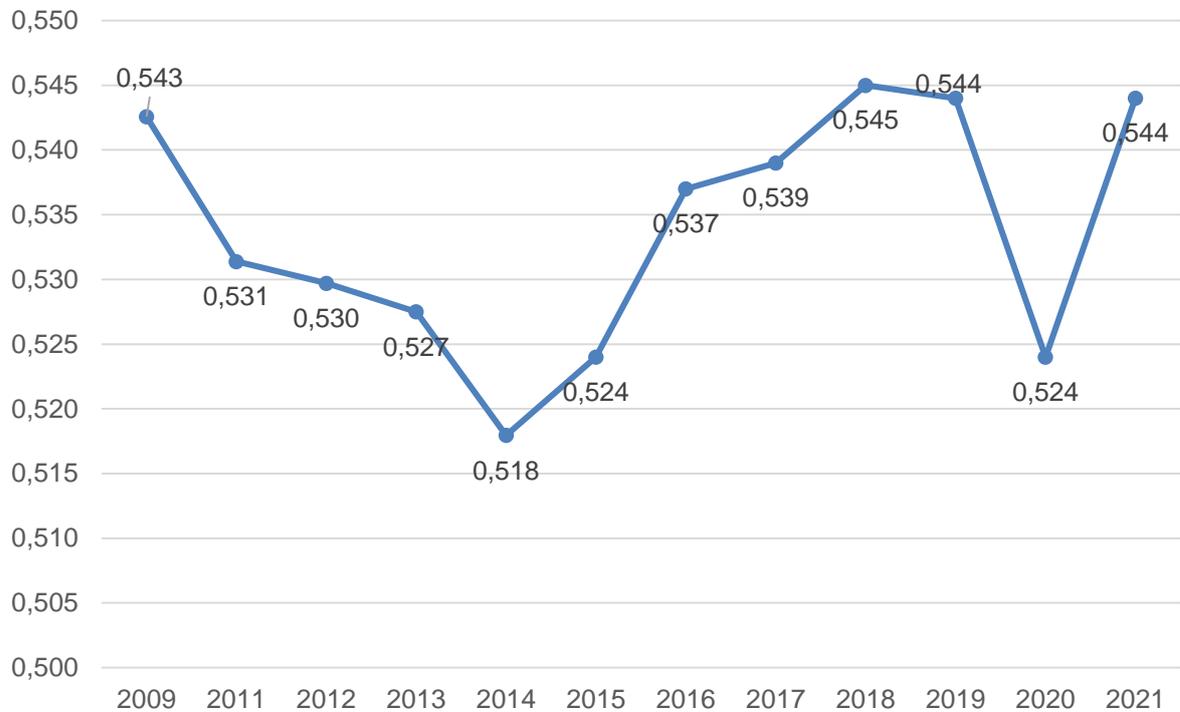
Gráfico 7- Taxa de pobreza (P0) - 2000 a 2014



Fonte: Elaboração própria conforme dado Ipeadata(2023).

Analisando o gráfico 7 é possível evidenciar que o impacto maior das políticas públicas do período de 2000 a 2014 combinado a uma expansão econômica foram os fatores que permitiram o Brasil sair do mapa da fome e reduzir a pobreza com excelência. Em 2003 a taxa de pobreza estava em 35,75%, porém a partir desse momento a mesma começou a decrescer até o ano de 2014 em que o percentual era de 13,29% (IPEADATA, 2023).

Ainda, analisando os indicadores de distribuição de renda, a partir dos anos 2000 em que as políticas públicas foram implementadas, pode-se observar que houve uma redução gradual da desigualdade de renda. O coeficiente de Gini é o indicador que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos, os valores devem variar entre 0 e 1, quanto mais próximos a zero menor a desigualdade, assim como quando próximos a 1 maior será a desigualdade (IPEADATA, 2022).

Gráfico 8 - Coeficiente de Gini - 1995 a 2008**Gráfico 9 - Coeficiente de Gini - 2009 a 2021**

Fonte: Elaboração própria conforme dados Ipeadata (2022) e IBGE (2023).

É relevante destacar que o coeficiente de Gini não é um indicador utilizado para demonstrar quais países possuem mais riquezas ou menos, mas sim de apresentar a quão concentrada é a renda desses países. Como o Brasil que possui inúmeras riquezas e mesmo assim está entre os dez país com maior desigualdade de renda, conforme Banco Mundial (2020).

Através do gráfico 8 é possível constatar que o coeficiente de Gini, no período de análise desse capítulo, entre 2000 e 2014, foi decrescente. Em 2003 ano da implementação do Bolsa Família o coeficiente foi de 0,583 e em 2006 quando o programa quase dobrou o seu número de beneficiários o indicador é menor 0,563. Mesmo com as taxas inflacionárias dos anos de 2002 (12,53%) e 2003 (9,30%) elevadas, as camadas mais pobres conseguiriam se beneficiar dessa melhora na distribuição de renda e do crescimento econômico que o Brasil estava vivendo (IBGE, 2022).

No período de 2006 a 2009, o Programa Bolsa Família seguiu apresentando ótimos resultados, assim com a economia nesse período. O aumento do mercado interno por conta do aumento da demanda e principalmente do aumento de poder de compra dos que estavam excluídos; e a partir dos programas sociais indicam através do coeficiente de Gini que em 2006 era de 0,563 reduzindo para 0,543 em 2009. Com uma estabilidade econômica e uma descentralização da renda, os níveis de pobreza no Brasil foram diminuindo, e cada vez mais o país se tornava menos desigual.

A partir de 2015, segundo mandato do governo de Dilma Rousseff, as políticas públicas direcionadas a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) começam a perder força por conta da crise nacional que dava início a um período de recessão na economia brasileira. Com o *impeachment* de Dilma seu vice assume, sobre o governo de Michel Temer as políticas públicas de SAN ficam ainda mais fragilizadas com os cortes orçamentários. O Bolsa Família teve um corte de 11% dos recursos direcionados as suas ações, assim como o PAA que teve uma redução de 99,8%, os programas sociais direcionados ao combate à pobreza e fome haviam perdido espaço na agenda de governo. O impacto dessas decisões é representado no Gráfico 9. Onde o coeficiente de Gini passa por uma inflexão em 2015, e a partir daí a redução do coeficiente se dará apenas em 2020, o ano da pandemia (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2022).

Com a posse de Jair Bolsonaro em 2018 a situação das ações da SAN se agrava mais; uma das primeiras decisões de seu governo em relação ao cenário social

foi a extinção do CONSEA, o que acabou tornando a questão da fome um assunto sem importância. O impacto desta decisão pode ser notado quando se acompanha as taxas de insegurança alimentar que subiram no país como apresenta a pesquisa VigiSAN 2021:

Entre 2013 e 2018, segundo dados da PNAD e da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), a insegurança alimentar grave teve um crescimento de 8,0% ao ano. A partir daí, a aceleração foi ainda mais intensa: de 2018 a 2020, como mostra a pesquisa VigiSAN, o aumento da fome foi de 27,6%. Ou seja: em apenas dois anos, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave saltou de 10,3 milhões para 19,1 milhões. Nesse período, quase 9 milhões de brasileiros e brasileiras passaram a ter a experiência da fome em seu dia a dia (I INQUÉRITO NACIONAL SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL, 2021).

Além do enfraquecimento das políticas públicas outro fator agravante da insegurança alimentar que predominava o período da pandemia foi o aumento disparado dos preços dos alimentos, o que pode ser relacionado, em parte, ao desincentivo dos programas direcionados à agricultura familiar. Com o intuito de mitigar os efeitos da pandemia na economia brasileira, ainda em 2020, o governo de Bolsonaro cria o Auxílio Emergencial que seria um repasse monetário aos trabalhadores informais e de baixa renda, que seriam os grupos mais afetados pela situação do período (DA FOME A FOME, 2022).

Muitas das famílias que viviam com insegurança alimentar moderada ou grave conseguiram solicitar e receber o auxílio emergencial. Porém, o governo ainda não demonstrava espaço para as políticas públicas da SAN, e a fome persistiu e tomou proporções maiores no Brasil, que até 2013 havia conseguido garantir o direito humano a alimentação adequada a sua nação. Como explicito no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil de 2021: *“A escalada da fome durante a pandemia não é de responsabilidade de um vírus, mas de escolhas políticas de negação e da ausência de medidas efetivas de proteção social”*.

Através da Medida Provisória 1.061/2021 o Congresso Nacional apresentou a extinção do Programa Bolsa Família e cria o seu substituto, o Programa Auxílio Brasil, assim como o PAA que foi substituído pela Alimenta Brasil. Porém, o Auxílio Brasil

não conseguiu impactar da mesma forma que o Bolsa Família, cerca de 21,5% das famílias beneficiadas pelo novo programa ainda enfrentavam a fome em seus domicílios. Além da insegurança alimentar grave subir de 9% para 15,5%, do último trimestre de 2020 ao primeiro de 2022, resultando em estimativas de 14 milhões de brasileiros passando fome no país (REDE PESSAN, 2022).

Em suma, as evidências aqui relatadas apontam que a piora da insegurança alimentar no país se deu pelo descaso das políticas de SAN, com a extinção de instituições e políticas públicas voltadas ao combate à fome e a pobreza desde 2016. Além da centralização de renda que aconteceu de forma gradual, alcançando o coeficiente de 0,545 em 2018, valor mais alto desde a queda em 2014 (0,518). A pandemia evidenciou e intensificou as desigualdades social no panorama socioeconômico brasileiro, com uma renda insuficiente e pouco ou quase nenhum acesso a alimentação os níveis de insegurança alimentar aumentaram. A depreciação das políticas públicas afeta a condição de vida, a produção e ao acesso aos alimentos, levando as camadas sociais mais baixas à fome.

Após um longo período de ascensão econômica, que favoreceu aos mais vulneráveis devido a excelência das políticas públicas e programas sociais que garantiam o poder aquisitivo. Com o aumento da renda houve uma mudança nos padrões de consumo o que será abordado no próximo capítulo, de que forma os altos índices de inflação corrói a renda e muda o consumo alimentar das camadas mais baixas da sociedade e como isso se intensificou após o cenário de recessão nacional até o período da pandemia.

5 INFLAÇÃO, PODER DE COMPRA E O RETORNO AO MAPA DA FOME

O Brasil conviveu durante muito tempo com altos índices de inflação que além de criarem um cenário de incerteza para a economia brasileira afetaram o bem-estar social, principalmente dos brasileiros de baixa renda. Isto é, famílias brasileiras sofreram o impacto da variação generalizada dos preços, mas para cada uma de uma forma diferente, pois a inflação afeta ao consumo, portanto, conforme sua renda o impacto tende a ser maior ou menor. Uma vez que, brasileiros que possuem baixa renda tendem a destinar um percentual maior de sua renda ao consumo de alimentos, principalmente se comparado aos níveis sociais da classe média e alta, com a suba dos preços há uma alteração no orçamento e com isso uma perda de poder aquisitivo.

Perda de poder aquisitivo se reflete diretamente quando ao consumir a mesma cesta de bens os indivíduos têm que fazer um dispêndio maior, ou fazendo o gasto igual com menores quantidades de bens, por conta da suba dos preços, ou seja, a inflação passou a afetar a renda real do indivíduo. É importante descrever o peso das elevadas taxas de inflação sobre a sociedade, pois ela não é igual para toda população, para cada nível de renda é possível analisar que há um impacto distinto. De modo geral os domicílios com menor renda sentem mais os efeitos inflacionários do que os que possuem um nível de renda maior.

Neste capítulo será descrito o trajeto da inflação na economia brasileira, através dos índices de preços demonstrando sua influência no poder aquisitivos das famílias brasileiras. Ainda, como os níveis de insegurança alimentar, conforme FAO, se classificam na classe de baixa renda brasileira, assim como quais são as características dos grupos pertencentes a esses níveis, como gênero, nível escolar e espaço geográfico.

5.1 Inflação e poder de compra

Como descrito anteriormente o conceito de inflação é o aumento generalizado dos preços, mas para se chegar a uma estimativa dos aumentos é necessário o uso de índices de preços. O IBGE é responsável pela produção de dois dos índices mais importantes: o IPCA e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ambos têm o mesmo objetivo: medir a variação dos preços de uma cesta de produtos e serviços consumida pela população. As cestas de consumo são determinadas pela POF, que

analisa quais são os padrões de preferências dos indivíduos e o quanto é o dispêndio famílias com alimentos e serviços (IBGE, 2023).

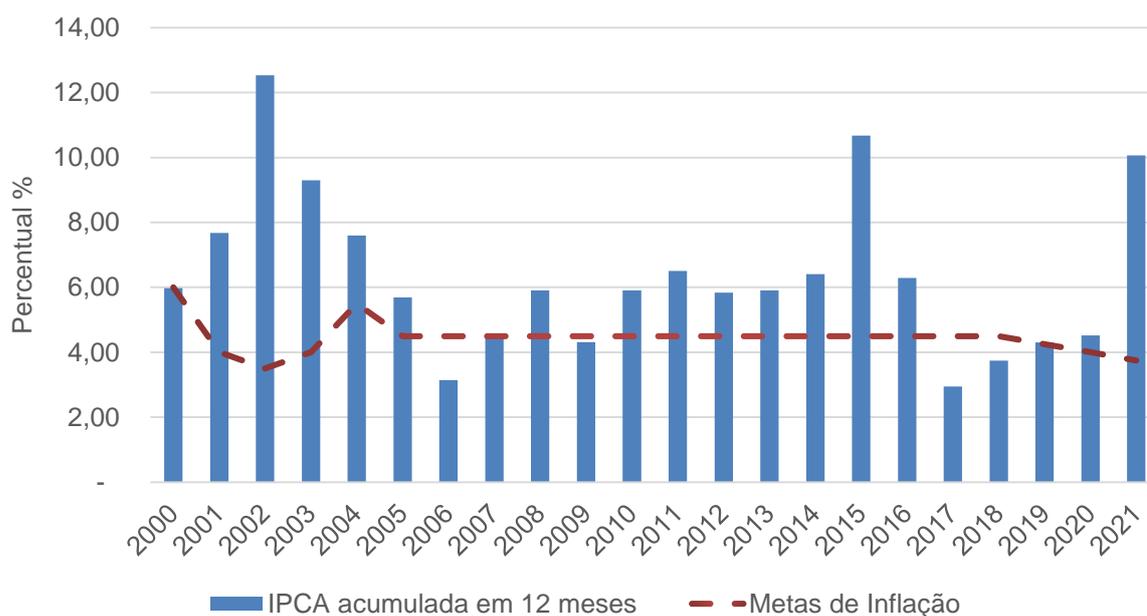
Apesar de terem o mesmo objetivo, a metodologia e a população alvo é distinta entre os dois. O IPCA é o índice de referência ao sistema de metas para a inflação no Brasil, seu cálculo é mensal e mede a variação de preço de uma cesta de consumo composta de bens e serviços. Sua análise leva em consideração oito grupos de produtos e serviços, sendo: alimentação e bebidas; habitação; artigos de residência; vestuário; transportes; saúde e cuidados pessoais; despesas pessoais e educação. Esse índice considera as despesas das famílias urbanas com renda de 1 a 40 salários-mínimos em todo país, portanto, sua finalidade é influenciar sobre as taxas de juros já que é um indicador econômico utilizado para política monetária do Banco Central (IBGE, 2023.)

O INPC também mede a variação de preço de uma cesta de consumo mensalmente, porém sua amostra de pesquisa é de famílias com renda de 1 a 5 salários-mínimos, seu objetivo principal é demonstrar informações de como a inflação está atingindo a parcela da população de menor renda. Os resultados do INPC demonstram a trajetória dos preços e o impacto destes no orçamento das famílias brasileiras de baixa renda, assim como, suas análises também servem de referência aos reajustes de salários-mínimos e benefícios previdenciários. Devido este indicador abranger uma camada social mais pobre, seus resultados são fundamentais na tomada de decisões políticas e econômicas, uma vez que, um dos seus propósitos é a correção dos salários por meio da mensuração das variações dos preços da cesta de consumo das famílias dessa faixa de renda, para que haja a manutenção do poder aquisitivo e se mantenha o nível de consumo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023; IBGE, 2023).

A partir dos índices citados é possível analisar a trajetória inflacionária brasileira desde o ano 2000 (gráfico 10), período sucessor as mudanças da política macroeconômica do país que implementaram a RMI, até o ano de 2021. Nos três primeiros anos, 2000-2003, as taxas foram elevadas, sendo 7,67% (2001); 12,53% (2002) e 9,30% (2003), porém a partir de 2004 (7,60%) a inflação desacelera e continua em uma queda gradual até 2009, como demonstra o gráfico. Ressalta-se que desde a implementação do RMI somente de 2005 a 2007 a inflação cumpriu a meta estabelecida pelo regime, no ano seguinte (2008) a inflação acelerou novamente chegando a 5,90%, ultrapassando a meta estipulada de 4,5% e se manteve nesse

ritmo até 2017, ano em que a taxa de inflação foi menor que a meta de 4,5%, a taxa de inflação foi de 2,95%. Porém em 2015 a inflação chegou em seu nível mais alto 10,67% do período de análise, taxa que quase foi alcançada em 2021 (10,06%), em ambos os anos o Brasil estava vivenciando um cenário de crise econômica, política, e particularmente em 2021, sanitária (SANTORO, 2015).

Gráfico 10 - IPCA acumulado em 12 Meses (% a.a.) – 2000 a 2021



Fonte: Elaboração própria conforme dado IPEA(2022).

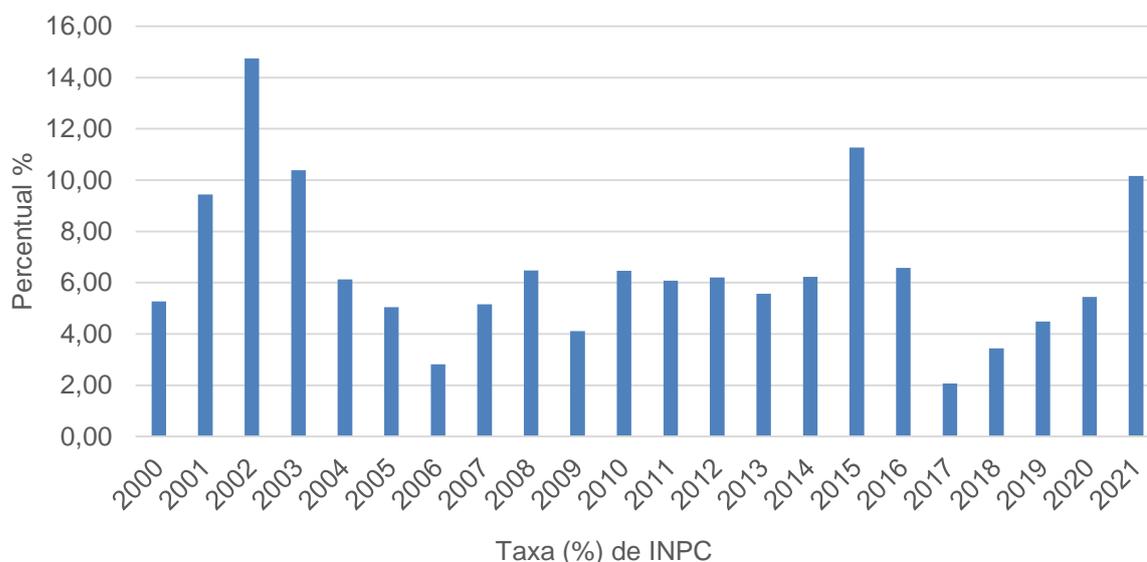
Analisando o período de 2015 a 2021, pode-se evidenciar que 2015 foi o primeiro ano, desde a implementação do sistema de metas inflacionarias, que o IPCA apresentou um percentual de mais de um dígito em variação anual, como já descrito, nesse período o país enfrentava problemas fiscais e uma depreciação cambial. Porém, dentre os fatores que contribuíram para a elevação dos preços estava a correção dos preços administrados. Devido a importância que estes bens representam na economia, seus reajustes ocasionaram impacto inflacionário na economia brasileira, principalmente nas altas dos combustíveis e da energia elétrica (MORAES, 2022).

Dentre os fatores com maior peso na elevação da taxa de inflação em 2015, apontados nas mais diversas análises, os preços administrados são, de fato,

um tema representativo. Isto porque o controle rígido destes preços foi uma medida essencial para o bom desempenho inflacionário em um cenário de política monetária expansionista nos primeiros anos do governo Dilma e, em 2015, eles apresentavam uma defasagem acumulada expressiva (MORAES, 2022).

Após o biênio 2015-2016, período de profunda recessão brasileira, o país se direcionou para uma recuperação lenta e gradual, apesar de em 2017 a inflação acumulada ser de 2,95%, respeitando a meta, mas também com forte indicativo de piora do contexto econômico, já que o índice sinalizou forte deflação. No ano seguinte as taxas retornaram a subir até o ano de 2019, onde o mundo inteiro entra em crise devido o avanço do vírus Covid-19. E a partir desse período o Brasil não conseguiu mais cumprir a meta de inflação alcançado o percentual de 10,06% em 2021, dentre as causas desse cenário inflacionário é possível nomear os grupos que contribuíram para esta suba, sendo o grupo de transporte que apresentou um crescimento de 21,03% no ano, habitação com alta de 13,05% e pelo grupo de alimentos e bebidas, que aumentou em 7,94% (IBGE, 2023).

Gráfico 11 - INPC acumulado em 12 Meses (% a.a.) – 2000 a 2021



Fonte: Elaboração própria conforme dados IPEA(2022).

Assim como o IPCA, o indicador INPC também apresentou números elevados nos picos inflacionários de 2002, 2015 e 2021(gráfico 11), porém fazendo uma

comparação entre as taxas dos dois índices é possível afirmar que a inflação tem um peso maior aos que tem rendimento mais baixo, dos que aqueles que possuem uma renda maior. A tabela 1 demonstra que a variação anual do IPCA no ano de 2002 foi de 12,53%, enquanto para a parcela da população mais vulnerável o INPC fechou em 14,74%, assim como em 2015 que IPCA 10,67% e o INPC 11,28%. Apesar dos picos inflacionários é plausível descrever que em períodos em que a inflação se manteve controlada o poder de compra das famílias de baixa renda demonstrou resultados positivos, como no ano de 2006 onde o INPC acumulada de 12 meses foi de 2,81% (IPEA,2023).

Tabela 1- Variação % acumulada em 12 meses de IPCA e INPC – 2000 a 2021

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
IPCA	5,97	7,67	12,53	9,30	7,60	5,69	3,14	4,46	5,90	4,31	5,91
INPC	5,27	9,44	14,74	10,38	6,13	5,05	2,81	5,16	6,48	4,11	6,47
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
IPCA	6,50	5,84	5,91	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52	10,06
INPC	6,08	6,20	5,56	6,23	11,28	6,58	2,07	3,43	4,48	5,45	10,16

Fonte: Elaboração própria conforme IPEA(2023).

O INPC é um indicador essencial nas tomadas de decisões políticas e econômicas, uma vez que, seus resultados indicam pressões inflacionárias específicas que afetam as famílias de baixa renda, portanto, esse indicador que tem a capacidade de descrever o quanto do poder de compra das famílias de baixa renda a inflação corroe.

Contextualizando a relação de inflação e poder aquisitivo na economia brasileira é possível descrever que, após um longo período de incerteza no consumo alimentar brasileiro devido ao cenário inflacionário, com a implementação do Plano Real, em 1994, os brasileiros passaram a ter uma estabilidade maior sobre o planejamento dos seus orçamentos, com os níveis inflacionários caindo e os salários reais se recompondo o que resultou no ganho de poder aquisitivo. Após a implementação e com a consolidação do plano, houve um aumento de 4,5% de renda *per capita* familiar em 1995/1996 e a despesa com consumo de alimentação passou

de 22,16% (1987/1988) para 20,76% (1995/1996), conforme descrito nos inquéritos de 1987-1988 e 1995-1996 da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (FERRAZ, 2018).

O aumento do poder de compra a partir de 2002 aconteceu de forma gradual até 2006, à medida que as taxas de inflação foram caindo e se estabilizando a população brasileira conseguiu consumir mais, este fato está relacionado as políticas de valorização do salário-mínimo. Em 2002 o salário-mínimo que era no valor de R\$ 200,00 passou para R\$ 350,00 em 2006, portanto, o aumento real do salário-mínimo chegou a 27%. Entre 2004 e 2010, o incremento na renda familiar, combinado com a redução da desigualdade social, dadas as políticas distributivas, permitiu a expansão do consumo doméstico por conta do aumento aquisitivo das famílias de baixa renda, nesse período o aumento do poder de compra foi de 46%, conforme o Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Unicamp (2018). De acordo com a POF 2008/2009 o grupo de alimentação, com o percentual de 19,8% no total das despesas de consumo, apresentou diversificações de acordo com o nível de renda. Para as classes com rendimentos mais altos essa porcentagem se reduz para 14,3%, ao passo que, para as classes mais pobres, esse percentual aumenta para 27,9% (FERRAZ, 2018).

Após a recessão o cenário que era de resultados positivos ao consumo doméstico desacelerou, com o aumento das taxas de desemprego a desigualdade na distribuição da renda aumentou, e o poder aquisitivo que as famílias de baixa renda haviam conquistado retrocedeu. Na POF 2017/2018 as despesas de consumo, apresentaram o percentual de 29,6% para o grupo de Habitação, seguido pelo Transportes (14,6%), que pela primeira vez na série histórica da POF foi maior que o grupo de Alimentação (14,2%), essa redução nas despesas de consumo é explicada pelos efeitos da crise, como descreve Vaz e Hoffmann (2021):

[...] é fato que à medida que aumenta o nível de renda da população, o consumo se desloca para bens mais sofisticados e, conseqüentemente, de maior valor agregado. O mesmo se aplica à Alimentação, categoria que, por um lado, tem sido influenciada pelo barateamento de produtos prontos para consumo e, por outro, pela opção por itens de qualidade superior. A redução nos gastos com Alimentação e Vestuário entre 2008 e 2017 parece estar mais relacionada aos efeitos da crise econômica, que inibiram a sofisticação do

padrão de consumo para a maior parte das famílias, que a um eventual efeito preço (VAZ E HOFFMANN 2021).

O Brasil passa por um período de estagnação e sem recuperar o crescimento econômico entra em um cenário de crise novamente, agora uma crise mundial. Em 2019 as atividades econômicas do país tiveram que parar por conta da pandemia, o período de isolamento social durou por muito tempo e fez com que os governos tivessem que abrir os cofres para das suporte geral as empresas, assim como para a parcela da população mais vulnerável. No entanto, houve uma aceleração nos níveis de inflação; com a guerra na Ucrânia houve uma pressão generalizada nos preços, que somado aos elevados níveis de desempregos resultaram na redução do poder de compra de todas as faixas de renda. Como consequência ao cenário da economia brasileira do período (2019 a 2021) 33,1 milhões de brasileiros passam fome e pelos menos 125,2 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar (NERI, 2022).

5.2 Gastos e padrão de consumo

Com base nos dados da POF de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 é possível analisar um panorama do dispêndio com consumo das famílias e principalmente com o quanto é destinado a alimentação. A POF é uma pesquisa domiciliar, de natureza amostral, que tem como finalidade coletar informações sobre gastos e rendimento das unidades de consumo dos domicílios particulares permanentes do país. Conforme tabela abaixo, é evidenciado as despesas com alimentação no domicílio que são subdivididas pelo IBGE em 16 grupamentos de produtos, sendo: (1) Cereais, leguminosas e oleaginosas; (2) Farinhas, féculas e massas; (3) Tubérculos e raízes; (4) Açúcares e derivados; (5) Legumes e verduras; (6) Frutas; (7) Carnes, vísceras e pescados; (8) Aves e ovos; (9) Leites e derivados; (10) Panificados; (11) Óleos e gorduras; (12) Bebidas e infusões; (13) Enlatados e conservas; (14) Sal e condimentos; (15) Alimentos preparados; e (16) Outros alimentos.

Tabela 2- Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação no domicílio, segundo os grupos de produtos, Brasil, 2002/2018

Categoria	POF 2002-2003	POF 2008-2009	POF 2017-2018
Cereais, leguminosas e oleaginosas	10,4	8,0	5,0
Farinhas, féculas e massas	5,7	4,6	3,6
Açúcares e derivados	5,9	4,6	4,5
Legumes e verduras	3,0	3,3	3,6
Frutas	4,2	4,6	5,2
Carnes, vísceras e pescados	18,3	21,9	20,2
Aves e ovos	7,1	6,9	7,6
Leites e derivados	11,9	11,5	10,6
Panificados	10,9	10,4	10,3
Óleos e gorduras	3,4	2,3	1,7
Bebidas e infusões	8,5	9,7	10,6
Alimentos preparados	2,3	2,9	3,4
Outros alimentos	8,3	9,4	13,7
Total	100	100	100

Fonte: IBGE (2019).

Com o tempo a população brasileira teve uma alteração no seu comportamento quanto aos gastos com alimentação, a despesa média mensal familiar era de 20,8% em 2002-2003 e passou para 17,5% em 2017-2018. Transformando esses percentuais em valor monetários as despesas mensais médias também apresentaram declínio, de R\$ 714,36 em 2002/2003 para R\$711,91 em 2008/2009 e por fim R\$ 658,23 em 2017/2018. O padrão de consumo das famílias brasileiras foi alterado por conta do crescimento da renda *per capita* e a redução da desigualdade em sua distribuição entre 2001 e 2014, mesmo período onde o Brasil conseguiu conciliar o crescimento econômico com a queda na inflação (VAZ, HOFFMANN, 2020).

Outro padrão de consumo alimentar que se pode apresentar junto aos dados da POF é o gasto com alimentação fora dos domicílios, vale ressaltar que este comportamento só teve aumento e foi possível devido ao cenário econômico em que os indivíduos vivenciavam que suas rendas estavam em patamares mais altos, o que lhes garantia o poder de fazer melhores escolhas e substituições. Essa afirmação pode ser confirmada quando se analisa a POF 2002-2003 e 2008-2009 que revela um aumento de 29% de despesas com alimentação fora dos domicílios, já na última POF publicada esse grupo de despesas teve uma queda de 2,59% por conta da crise nacional em que o país havia passado (IBGE,2019).

Quantas as preferências de consumo das famílias durante o período de 2002 a 2018, é possível afirmar que entre os oito primeiros anos as famílias passaram por um aumento de seus rendimentos, devido à valorização salarial e a queda da inflação, e com isso sofisticaram suas preferências, ou seja, puderam fazer a substituição de bens de consumo inferiores pelos de maior qualidade e benefícios nutricionais. Conforme Vaz e Hoffeman (2020), as participações dos gastos com alimentação no domicílio, com exemplo, farinha de mandioca e com carne de boi de segunda invariavelmente diminuem à medida que a renda aumenta.

Em se tratando da alimentação no domicílio, os dados da POF 2017-2018 mostram uma redução nos dispêndios com alimentos tradicionais, em particular arroz (-43,98%), feijão (-55,47%), macarrão com ovos (-41,97%), farinha de trigo (-52,41%), farinha de mandioca (-34,13%), leite de vaca (-38,71%) e óleo de soja (-46,65%). Essa redução acompanha a tendência e, na maior parte dos casos, a magnitude da queda que já vinha sendo observada ao se compararem as edições da POF de 2002-2003 e 2008-2009 (VAZ E HOFFEMAN,2020),

Em contrapartida as despesas que haviam disparado antes da crise de 2015 começaram a reduzir a partir desse ano (2014/2015), como a carne de boi de primeira que caiu 15,03%, conforme a POF 2017-2018. Com a economia estagnada e o número de desocupação alto as opções de proteínas mais baratas que as carnes voltaram a subir, o dispêndio com ovos de galinha subiu para 20,34% em 2017-2018, após uma queda 23,84%. Portanto, as mudanças no comportamento alimentar das famílias brasileiras ao longo dos últimos anos causaram uma queda no consumo por bens tradicionais de suas dietas, como: arroz, feijão, batata, pão e açúcar, e um aumento de consumo de produtos industrializados, pronto para consumo ou fácil preparo; porém, esse comportamento foi revertido a partir de 2015, fazendo com que as famílias que estavam com seus orçamentos reduzidos voltassem a demandar bens e serviços de menor custo.

5.3 Insegurança alimentar

A insegurança alimentar pode estar relacionada a disponibilidade de alimentos, condições climáticas entre outros, e a economia, principalmente, quando há um

cenário em que os preços estão aumentando de forma descontrolada que produz a redução de renda real, somado aos efeitos de taxas de desempregos elevadas, redução da renda nominal das famílias. Para estimar o grau de segurança e insegurança alimentar que a população estava vivendo, foi adotado a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que desde 2004 é utilizada pelo IBGE. A EBIA é um método que está relacionada aos conceitos populacionais da SAN e tem como objetivo identificar situações de privação na alimentação vividas pelas famílias, antes mesmo que estejam no nível mais grave de IA, a fome (REDE PESSAN, 2022).

A EBIA avalia o acesso aos alimentos nos lares na perspectiva dos responsáveis pelo preparo das refeições ou de algum/a morador/a adulto/a que tenha conhecimento da dinâmica alimentar das famílias, diante da escassez de dinheiro, em quatro níveis (SA e IA leve, moderada ou grave). O nível mais severo – IA grave – permite o monitoramento da fome no país (REDE PESSAN, 2022).

A EBIA através de um questionário de 14 questões (anexo 1) averigua de que forma as famílias brasileiras percebem a insegurança alimentar em seus domicílios. No Anexo 1 apresenta-se as questões utilizadas nas pesquisas, já na tabela 3 há os parâmetros de avaliação dos quais são considerados dois grupos, são eles: domicílios com menores de 18 anos e domicílios com maiores de 18 anos.

Tabela 3- pontos de corte segundo nível de segurança/insegurança alimentar

	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Leve	1-5	1-3
Insegurança Moderada	6-9	4-5
Insegurança Grave	10-14	6-8

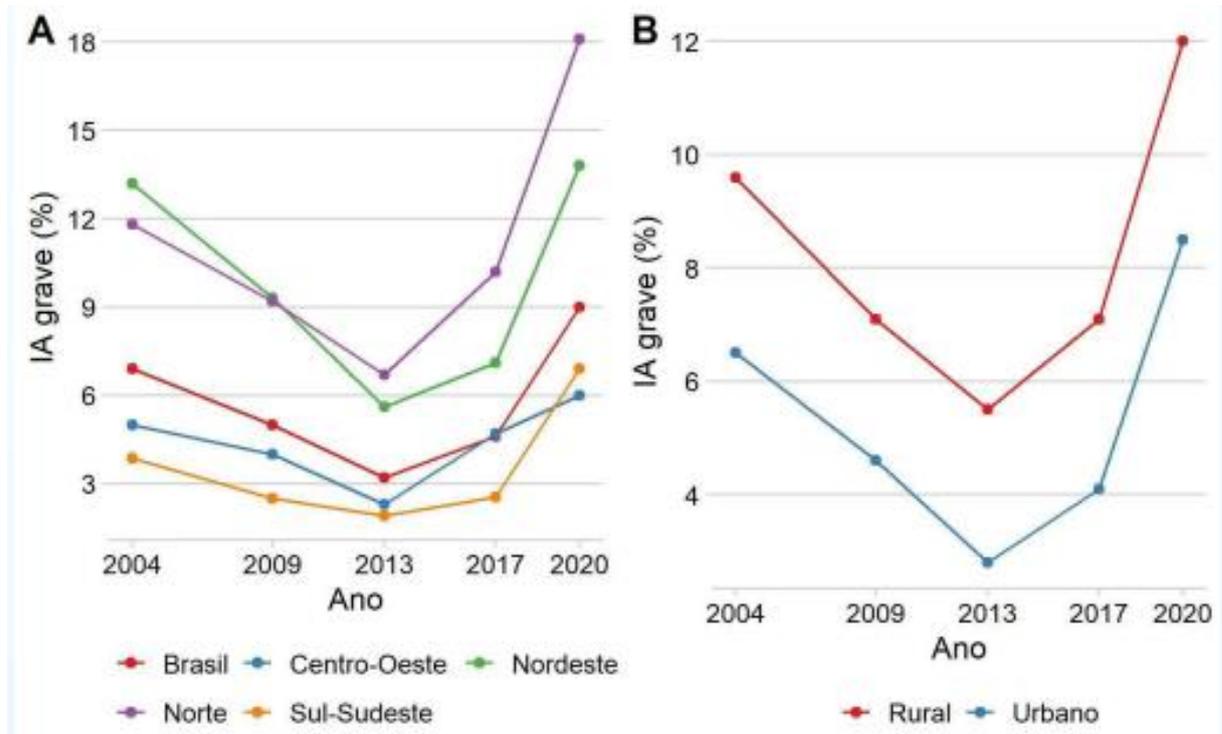
Fonte: Elaboração própria conforme dados Núcleo de Estudos em Pesquisa em Alimentação/MDS (2023).

Cada pergunta da escala se refere a três meses antes do dia pergunta, são dadas duas alternativas de respostas: sim e não, em caso de as respostas serem afirmativas questiona-se a frequência com que acontece o evento em questão. Para obter os resultados em relação a Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar, atribui-se um ponto a cada resposta afirmativa, quanto maior a pontuação mais elevado é o grau de insegurança alimentar.

Do ano de 2004, primeiro ano em que o IBGE fez uso da EBIA, até o ano de 2021 é possível analisar que até o período de 2013 o país conseguiu garantir um nível de segurança alimentar em todos os ambientes, tanto rural como urbano. Em 2020 o nível grave de insegurança apresentou um percentual de 9%, sendo maior que no ano de 2004 em que era 6,9%, esses resultados evidenciam que com o passar do tempo as famílias brasileiras ficaram mais pobres e tendo uma qualidade de vida menor, por conta da falta de ações políticas que lhe garantissem essas condições (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2022).

De 2004 a 2013 o número de famílias que enfrentavam algum tipo de insegurança alimentar caiu 35,2%, já do período de 2013 a 2018 houve um aumento de 62,3%, conforme IBGE. Quando se apresenta os resultados até o ano de 2021 o cenário é ainda mais dramático, se em 2014 havia 17% de famílias com privação alimentar por falta de renda, em 2021 os números foram para 36% (NERI, 2022).

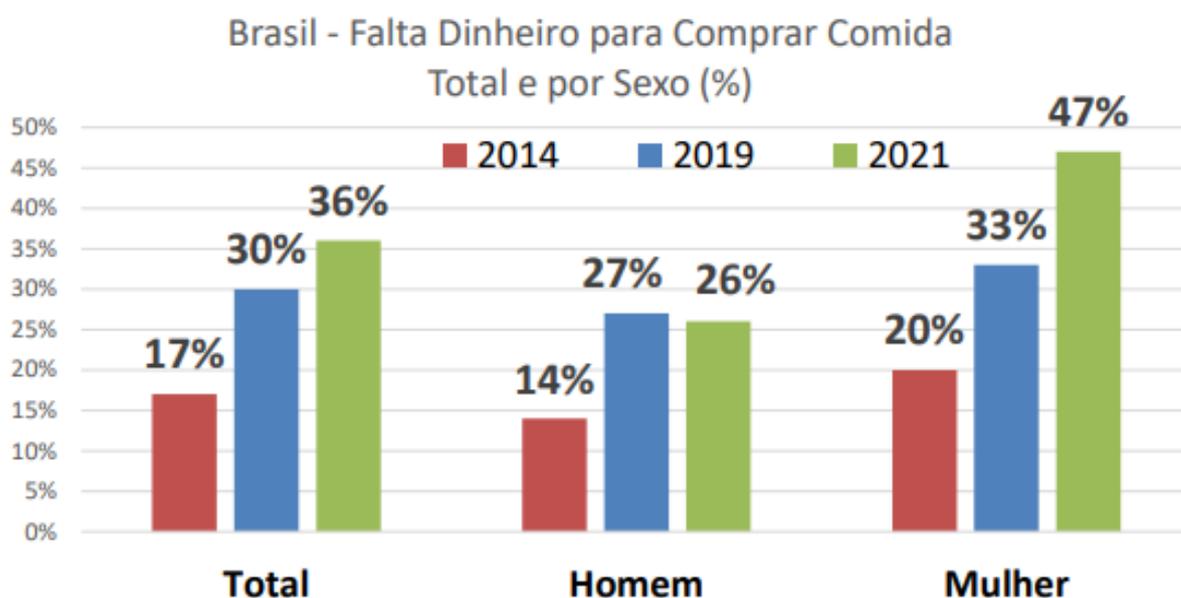
Figura 1- Evolução da insegurança alimentar grave no Brasil e Grandes Regiões (A) e por situação urbana x rural do domicílio (B). Proporções relativas ao total de domicílios



Fonte: Fundação João Pinheiro (2022).

Dentre as inúmeras variáveis apresentadas nos inquéritos sobre a insegurança alimentar, a que mais se destaca como a principal agravante da insegurança alimentar está a renda; com uma renda baixa e uma família grande a privatização alimentar é maior, principalmente nos domicílios em que mulheres são as chefes de família. Analisando o período de 2014 a 2021, é possível notar que em relação aos homens, as mulheres apresentam maiores mudanças de insegurança alimentar, uma vez que, entre 2014 e 2019 os percentuais de insegurança foram de 13 pontos para ambos os sexos, já de 2019 a 2021 os homens apresentaram uma queda de 1 ponto, passou de 27% para 26%, e as mulheres passaram de 33% para 47% (NERI, 2022).

1

Gráfico 12 - Mudança da Insegurança Alimentar: Brasil em 2014, 2019 e 2021

Fonte: Neri(2022).

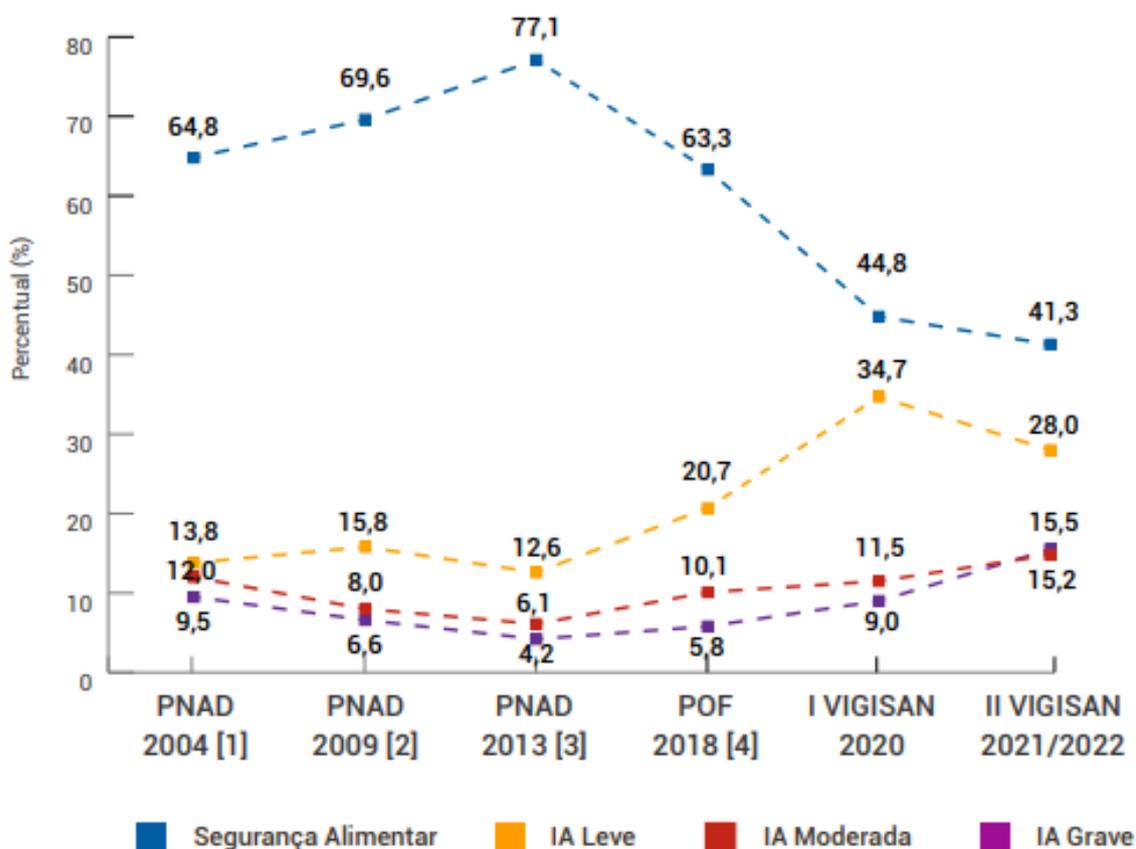
Outro ponto que pode ser destacado para o período é a fome dos mais pobres, camadas sociais mais baixas são as que mais sofrem com a falta de dinheiro para se alimentar. A relação entre a redução da renda e aumento da fome é mais notória na população mais vulnerável; conforme a Fundação Getúlio Vargas, os 20% mais pobres do país tiveram um aumento de 75%, em 2021, de IA uma diferença de 39 pontos se comparado ao ano de 2014 onde o percentual era de 36%. Do período de 2003 a 2014 o Brasil conseguiu erradicar a fome e aumentar a renda *per capita* dos mais pobres, o que explica o porquê de uma SA maior. Do período de 2001 a 2012 a renda dos 20% mais pobres do Brasil triplicou em relação aos 20% mais ricos (FAO, 2014).

Em quase uma década (2004 a 2013) o grau de insegurança alimentar apresentou redução foi seguido pela redução dos percentuais da extrema pobreza. Visto isso, é possível verificar que do período seguinte, 2014 a 2019 a extrema pobreza em relação a renda alcançou 67%. Portanto, analisando do primeiro período ao último é possível descrever que no primeiro onde houve uma expansão de programas sociais de transferência de renda e no segundo período se observa o resultado do enfraquecimento dos mesmos programas (NERI,2022)

Não se pode atribuir o crescimento de Insegurança Alimentar em território nacional apenas a crise sanitária mundial que teve início em 2020, o Brasil já

apresentava aumento em suas taxas de perda de poder aquisitivo bem antes, conforme figura abaixo, no ano de 2018 já era possível perceber uma mudança sobre a Segurança Alimentar e a Insegurança Alimentar.

Figura 2- Tendência da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, 2004 a 2022. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022



Fonte: Rede PENSSAN (2022).

Com os dados figura 2, é possível afirmar que a insegurança alimentar começou a crescer após a aprovação da EC 95/2016 do Teto de Gastos que reduziu os programas sociais e prejudicou os mais vulneráveis que necessitavam desses auxílios, a pandemia só foi um fator a mais, que demonstrou a realidade do país. Sendo assim, pode-se dizer que na conjuntura de 2021 o Brasil apresentava um aumento na fome por conta do consumo insuficiente de alimentos de qualidade das famílias brasileiras, devido aos aumentos dos preços que reduziam o poder de demanda destas.

5.4 Análise

Ao analisar todos os fatos descrito acima consegue-se a partir dos axiomas de preferências afirmar que a insegurança alimentar se estabelece não pela falta de racionalidade dos indivíduos sobre as trocas cabíveis em suas cestas de consumo, mas sim pelas restrições orçamentárias que se impõe ao poder aquisitivo frente à inflação. A renda quando interpretada por outros fatores econômicos como: valorização salarial, redução da desigualdade social e de distribuição de renda e principalmente baixos níveis de inflação, permite que as famílias mudem seus padrões de consumo, ou seja, a renda dá a liberdade de escolhas sobre bens e serviços possibilitando a escolhas dos bens de maior utilidade, e quando se trata de alimentação, os produtos de maior qualidade e valor nutricional.

Essa mudança nos padrões de consumos pode ser observada através da POF, que em seus relatórios demonstram quais foram os produtos que estavam sendo mais demandados através da despensa mensal de uma família, isto é, uma família decide consumir mais de um determinado bem por possuir mais unidade monetárias que lhe permite essa decisão. Está afirmação fica clara quando se analisa a POF dos anos de 2002-2003 e 2008-2009, entre esses períodos o Brasil estava crescendo de uma forma inclusiva a todos, e principalmente aos mais pobres, que conseguiam demandar cestas de consumo com mais bens e mais diversificados e os níveis de inflação estavam controlados o que permitiu que as despesas de consumo alimentar fossem mais baixas e as preferências fossem mais sofisticadas.

A população brasileira teve uma alteração no seu comportamento quanto aos gastos com alimentação, a despesa média mensal familiar era de 20,8% em 2002-2003 e passou para 17,5% em 2017-2018. Afirma-se que entre os oito primeiros anos as famílias passaram por um aumento de seus rendimentos o que permitiu que pudessem fazer a substituição de bens de consumo inferiores pelos de maior qualidade e benefícios nutricionais. Confirma-se esse fato quando se analisa a POF 2002-2003 e 2008-2009 que revela um aumento de 29% de despesas com alimentação fora dos domicílios, além do aumento das despesas do grupo de alimentação, com o percentual de 19,8% (2008-2009) no total das despesas de consumo, devido pelas diversificações de acordo com o nível de renda. Para as classes com rendimentos mais altos essa porcentagem se reduz para 14,3%, ao passo que, para as classes mais pobres, esse percentual aumentou para 27,9%.

Assim como o aumento da renda garante o poder de compra, a sua redução combinada a suba dos preços gerais, inflação, causa uma restrição orçamentária e a limitação das possibilidades de escolha; ou seja, a medida os preços variam positivamente e a renda real reduzida há perda de poder aquisitivo e se isso se prolonga ao longo prazo há piora na desigualdade social com um impacto maior aos mais pobres. Com base no INPC é possível ter uma dimensão melhor sobre o efeito da inflação na renda dos que menos tem, sabe-se que altos níveis inflacionários atingem a todos, porém atinge muito mais as famílias de baixa renda cujo gastos de consumo costumam ser maiores por produtos inflacionados como alimentos.

O que garantiu aos mais pobres o poder de compra foram os programas de distribuição de renda, que também contribuíram ao combate à pobreza no Brasil e ajudaram a erradicar a fome e a miséria em 2014; bem como a melhoria do mercado de trabalho com a redução do desemprego. Porém, destaca-se que em um cenário com inflação o poder aquisitivo atribuído às classes de menor renda é corroído antes mesmo dos objetivos e efeitos das políticas de distribuição de renda surtirem efeito. Ou seja, tem-se um jogo de soma zero, visto que os efeitos distributivos são anulados em maior ou menor grau.

Até o ano de 2014 onde a economia estava aquecida, os programas de distribuição de renda e o reajuste do salário-mínimo acima dos índices de inflação permaneciam repassando ganhos reais de renda, o poder de compra dos mais pobres que estava crescendo acaba retrocedendo de 2015 a 2021. Porém, as classes sociais mais baixas já percebiam a queda do seu poder aquisitivo em 2011, com a adoção de uma política fiscal expansionista e na sequência tem-se um cenário de recessão econômica, os indícios de recessão já se apresentavam em 2015 com a suba da inflação e seguiu por conta da estagnação do crescimento econômico. Nesse mesmo período houve uma piora no mercado de trabalho, isto é, as taxas de desocupação estavam crescentes e com a implementação do Teto de Gastos houve um corte orçamentário nos programas sociais, o que prejudicou os mais vulneráveis que necessitavam desses auxílios uma vez que o desemprego somado a redução das políticas distributivas resultam em um agravamento da insegurança alimentar em seu nível mais grave, a fome.

Com a falta de ações políticas que garantem condições de vida melhores e um aumento na renda das famílias de baixa renda a insegurança alimentar passa a crescer, como no ano de 2020 em que o nível mais grave de insegurança alimentar

chegou a 9%, superando o ano de 2004 em que era 6,9%. Do período de 2004 a 2013 o grau de insegurança alimentar e a pobreza no Brasil foi decrescente, devido a garantia de renda que as políticas econômicas do período proporcionavam, porém no período seguinte de 2014 a 2019 a situação se reverte e a extrema pobreza em relação a renda alcançou 67%, sendo consequência do enfraquecimento dos programas sociais de renda. Quando se analisa de 2014, ano que o país saiu do mapa da fome, a 2021 em que 33,1 milhões de brasileiros voltam a ter fome, é possível notar que em relação aos homens, as mulheres apresentam maiores mudanças de insegurança alimentar, uma vez que, entre 2014 e 2019 os percentuais de insegurança foram de 13 pontos para ambos os sexos, já de 2019 a 2021 os homens apresentaram uma queda de 1 ponto, passou de 27% para 26%, e as mulheres passaram de 33% para 47%.

Portanto compreende-se que os níveis de insegurança alimentar, seja de grau leve, moderado ou grave, ressurgem à medida que acontece a mudança de políticas econômicas no país, que não tem o assunto como uma das pautas principais na agenda econômica do governo. Enfraquecendo os programas distributivos e com a extinção de conselhos fundamentais que garantiam as políticas de SAN, junto ao aumento da centralização de renda, as camadas sociais mais baixas são as que mais sofrem em tempos inflacionários, uma vez que, com uma renda restrita e com a suba de preços contínua a insegurança alimentar se instaura e tende a crescer cada vez mais, reduzindo a qualidade de vida dos indivíduos. Visto que, mesmo com a reorganização de bens e serviços dentro de uma cesta de consumo, chega-se a um ponto que a perda aquisitiva é tanta que não se pode pagar nem pelos bens inferiores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como a inflação somada a restrição orçamentaria afeta o poder de compra dos brasileiros e como contribuiu para o aumento da insegurança alimentar no país. Para tal, compreende-se que a renda e os preços são variáveis que definem o poder aquisitivo das famílias brasileiras, em razão de suas alterações implicarem no consumo, quando os preços reduzem ou há suba de renda real há um aumento na demanda por bens e serviços já com a suba dos preços e redução da renda se tem uma contração no consumo. Visto que, se a renda e os preços sofressem alterações nas mesmas proporções não haveria mudanças na reta orçamentaria o que manteria o poder aquisitivo.

As famílias brasileiras e principalmente as de baixa renda sempre buscarão gastar o máximo para atender suas necessidades, portanto quando se trata de cestas de bens alimentares haverá a opção de substituição de um por outro de mesmo valor nutricional de preferência; mas principalmente que dado a restrição de renda a busca para maximizar a utilidade serão constantes. Logo, se a insegurança alimentar se instaurar não será pelo abandono dos pressupostos fundamentais da teoria neoclássica (racionalidade e hedonismo), mas sim pelo nível de restrição orçamentaria que se impõe ao poder aquisitivo frente à inflação.

Dentro do período analisado demonstrou-se que houve um aumento no poder de compra devido ao controle das taxas de inflação, decorrente das medidas adotadas desde da implementação do Plano Real e pela continuidade no Regime de Metas de Inflação. A adoção das metas inflacionárias somadas ao tripé macroeconômico, proporcionou um cenário favorável ao crescimento da economia brasileira. Além de elevar o nível de rendimentos que foi um fator determinante para a redução da desigualdade social, pois deu poder de compra, através de ganhos reais de renda para a parcela da população de baixa renda. Esse acontecimento proporcionou que os agentes econômicos pudessem escolher com mais liberdade e possibilidades de escolha que produtos iriam consumir, transformando os padrões de consumo o que fez com que se tornassem mais diversificados e sofisticados.

Ainda se observou que esses padrões tiveram de regredir por conta das crises que elevaram a inflação, atingindo diretamente o poder de compra das famílias mais vulneráveis. Seus padrões de consumo voltaram a ser pelos bens mais baratos ou por efeito substituição de modo que coubessem dentro do seu orçamento. Outro fator que

deixou de ser efetivo e fragilizou o poder aquisitivo dos mais pobres foi a extinção e redução dos programas de distribuição de renda, que durante muitos anos contribuiu para a erradicação da fome e da pobreza no país. John Rawls indica em sua teoria da justiça social a importância, ainda que dentro da tradição ortodoxa, das políticas distributivas com um elemento deveria ser mais explorado pelo viés político do liberalismo econômico.

O Brasil já foi referência mundial ao combate à fome, de 2004 a 2013 as políticas públicas implementadas voltadas a erradicação da fome e miséria reduziram os percentuais de pobreza de 35,75% em 2003, para 13,29% no ano de 2014, proporcionando uma qualidade de vida maior a população mais vulnerável. Que se modificou a partir de 2015, quando a piora da insegurança alimentar no país se deu pelo descaso das políticas de SAN. Os programas sociais deixaram de ser prioridade e com isso houve um enfraquecimento das políticas que garantiam a SAN, logo, a consequência foi o aumento da insegurança alimentar que cresceu de forma gradual desde do período de recessão até o a crise sanitária em que as políticas sociais já estavam defasadas. Com isso, o país volta aos altos níveis de pobreza e consequentemente a fome.

Portanto pode-se concluir que a inflação é determinante para a perda do poder aquisitivo. Qualquer alteração nos preços e na renda real refletem no consumo. Isso sobre os mais pobres e o que impacta na insegurança alimentar. Diante disso para incentivo de estudos futuros podem abordar do mercado de trabalho sobre a IA, que foi um elemento identificado na pesquisa, mas não trabalhado por não fazer parte do presente objetivo.

REFERENCIAS

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR DE FAMÍLIAS BRASILEIRAS: VALIDAÇÃO DE METODOLOGIA E DE INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÃO. 2003. 49 f. Monografia (Especialização) - Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. Campinas - SP, 2003. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/validacao_brasil1.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Metas para a inflação.** Brasília. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Índice de Gini.** Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI>>. Acessado em junho de 2023.

BRASIL. IBGE. **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo:** variação acumulada no ano durante o plano real (%), dezembro 1995 - dezembro 2021. Variação acumulada no ano durante o Plano Real (%), dezembro 1995 - dezembro 2021. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precosconsumidor-amplio.html?edicao=20932&t=series-historicas>. Acesso em: 8 jun. 2022.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira.** Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, V. 1, 2 e 3, 2010. ISBN 978-85-60700-42-4

CARNEIRO, R.; SARTI, F.; BALTAR, P. **Para além da política econômica.** [s.l.] SciELO - São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

CARVALHO, Fernando J. Cardim... [et al.]. **Economia monetária financeira: teoria e política** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2007 – 9a reimpressão. ISBN 978-85-352-2360-6

Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro / organização: Tereza Campelo, Ana Paula Bortoletto. – São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. ISBN: 978-65-998251-7-0

Entenda os impactos da inflação na economia do país com especialista | CNN DOMINGO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G_wXbDFZ2Xg>. Acesso em: 09 jun. 2022.

ESPÍNDOLA, Carlos José - **Políticas públicas na economia brasileira pós-2003: do auge à crise.** Revista Geográfica Venezolana, vol. 60, núm. 1, 2019, -Junio, pp. 154-170 Universidad de los Andes Mérida, Venezuela.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2021. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2021.** Transformación de los sistemas alimentarios en aras

de la seguridad alimentaria, una nutrición mejorada y dietas asequibles y saludables para todos. Roma, FAO 2021.

FAO. **Strengthening the Enabling Environment for Food Security and Nutrition; The State of Food Insecurity in the World; FAO: Rome, Italy, 2014; ISBN 978-92-5-108542-4.** Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>>

FELDENS, G. O. **A RAZÃO PÚBLICA NO LIBERALISMO POLÍTICO DE JOHN RAWLS.** Disponível em: <https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/136_302.pdf>. Acesso em: set. 2022.

FERRAZ, D. et al. **Os Determinantes do Consumo Alimentar Domiciliar: uma comparação entre estratos de renda no Brasil pelos dados da POF de 2008/2009.** Segurança Alimentar e Nutricional, v. 25, n. 2, p. 38–50, 2 ago. 2018.

FISHER, Irving. **A ilusão monetária.** Lisboa - Portugal: Actual Editora, 2018.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia.** 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 1999. <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/a-economia-brasileira-no-governo-temer-ebolsonaro-final-05.pdf>. Acesso em: out. 2022.

LACERDA, Antônio Corrêa de [et al.]. **Economia brasileira.** Organizadores: José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antonio Moreno Serra. 4º. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MDS. **BOLSA FAMÍLIA:** Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PB_F_2015.pdf>. Acessado maio de 2023.

Ministério Do Desenvolvimento E Assistência Social Família E Combate À Fome. Brasília. Disponível em <<https://www.gov.br/mds/pt-br>>. Acessado em junho 2023.

MODENESI, André de Melo. **Política Monetária no Brasil pós Plano Real (1995-2008): um breve retrospecto.** 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/ret/article/viewFile/26987/17996>>. Acesso em: set. 2022.

MOLLO, M. D. L. R.. (2004). **Ortodoxia e Heterodoxia Monetária: a Questão da Neutralidade da Moeda.** Brazilian Journal of Political Economy, 24(3), 323–345. <https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1619>

MORAES, Maria Eduarda dos Santos. **PICOS INFLACIONARIOS POS REGIME DE METAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE 2015 A 2021.** 2022. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/239140/001141532.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>>.

MUNHOZ, Dércio Garcia. **Economia Aplicada: Técnicas de pesquisa e análise econômica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

NERI, Marcelo C. **INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL Pandemia, Tendências e Comparações Internacionais**. Rio de Janeiro, RJ – 2022. FGV Social. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf>.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. Máquina do tempo: **o Brasil de volta ao Mapa da Fome. P. 18-21**. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <https://is.gd/5Fweus> Acesso em: dez. de 2022

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar**. São Paulo, 2019. Disponível em:

PINDYCK, Robert S. **Microeconomia**. 6. Ed – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - Rede-PENSSAN. **II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar**. Rede PENSSAN, Instituto Ibirapitanga, ActionAid Brasil, Oxfam Brasil, Fundação Friedrich Ebert Brasil, 2022.

Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid-19 no Brasil. Rede PENSSAN, Instituto Ibirapitanga, ActionAid Brasil, Oxfam Brasil, Fundação Friedrich Ebert Brasil, 2021

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - Rede-PENSSAN. ROSSI, Pedro. **Mitos sobre a inflação**. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/mitos-sobre-a-inflacao/>> Acesso em: nov. 2022.

SANTORO, João Paulo Crippa. **A INFLAÇÃO BRASILEIRA ENTRE 2000 E 2014: UM ENFOQUE HETERODOXO**. 2015. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/disserta%C3%A7%C3%B5es/2015/JOAO%20PAULO%20CRIPPA%20SANTORO.pdf>>.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. **Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira nos anos 2000**. Observatório da Economia Global, n. 6, Campinas, 2011. “Textos avulsos”.

SILVA, Mygre Lopes; SILVA, Rodrigo Abbade da. **ECONOMIA BRASILEIRA PRÉ, DURANTE E PÓS-PANDEMIA DO COVID-19: IMPACTOS E REFLEXÕES**. Disponível em: < <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>>. Acessado junho em 2023.

SILVA, Roseli. **Âncora Cambial e o Brasil pós Plano Real**. Disponível em: <https://roselisilva.wordpress.com/2014/10/27/ancora-cambial-e-o-brasil-pos-plano-real/>> Acesso em: set. 2022.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: uma abordagem moderna**. 9°. Ed - Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

VAZ, D. V.; HOFFMANN, R. **Elasticidade-renda e concentração das despesas com alimentos no Brasil: uma análise dos dados das POF de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018**. Revista de Economia, v. 41, n. 75, 30 jun. 2020.

VAZ, D. V.; HOFFMANN, R. **Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras entre 2008 e 2017**. Economia e Sociedade, v. 30, n. 1, p. 163–186, jan. 2021.

VITA, Á. DE. Uma concepção liberal-igualitária de justiça distributiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, p. 41–59, fev. 1999.

ANEXOS

Anexo 1 - Questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?